



Anais da Assembléia

N. 102

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 89.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariado pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Paulo Furiatti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa e Nelson Vasconcellos (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM: 184/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná) e adotar outras providências.

A proposição ora formulada a essa augusta Casa de Leis, decorre de manifestação da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n. 220/85, de 22 de julho de 1985 e, por implicar em aumento de despesa pública, a iniciativa do processo legislativo é da competência do Chefe do Poder Executivo. É que o art. 144, § 5.^o, da Constituição Federal deve ser interpretado em harmonia com os arts. 57, inciso II, e 13, inciso III, da mesma Carta, assim como art. 91, com o art. 25, § 1.^o, letra b, ambos da Constituição Estadual. Reafirmando tal assertiva é oportuno mencionar as disposições da Lei Federal n. 5.621, de 4 de novembro de 1970 e o entendimento

do Supremo Tribunal Federal ao julgar, em 2 de março de 1983, a Representação n. 1.060-1-MT.

Entre vários tópicos da pretendida medida legal destaca-se a criação, na entrância inicial, das comarcas de Centenário do Sul, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra e Pinhão, o que justifica-se em razão do elevado número de feitos cíveis e criminais das comarcas das quais hoje são distritos judiciários e porque os mesmos preenchem os requisitos legais exigíveis para tornarem-se comarca.

Por outro lado, em razão, também do grande número de feitos cíveis e criminais que apresentam, conforme esclarece a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, são elevadas de entrância inicial para intermediárias as comarcas de Cambé, Capanema, Colombo, Ibiporã, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Pitanga.

O anteprojeto de lei em causa trata da criação de quatorze novas Varas Judiciais, das quais sete destinam-se às comarcas, já mencionadas, que passarão para entrância intermediária e as demais distribuídas entre as comarcas de Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, Goioerê, Guarapuava e Paranavaí. Em face da pretendida criação dessas Varas e das 4 novas comarcas propõe-se sejam criados 18 cargos de Juiz de Direito.

Quanto à alteração que consiste no aumento do número de Desembargadores, de 26 para 27, a proposição é feita no sentido de compensar a proibição a ser estendida ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, de compor Câmaras ou Grupos de Câmaras e, assim manter sua atual composição.

Cuida, ainda, o plano de lei ora encaminhado, da criação dos Distritos Judiciários de São José das Palmeiras na comarca de Santa Helena, de Praia de Leste na de Paranaguá e de Rancho Alegre do Oeste na de Goioerê, bem como da transferência dos Distritos de Jataizinho, Frei Timóteo e São João, da comarca de Uraí de Ibiporã.

Dispõe, finalmente, a presente proposição, sobre modificações na competência, atribuições e funcionamento de órgãos do Egrégio Tribunal de Justiça, sobre alterações nos requisitos para admissão ao concurso da Magistratura e sobre novos critérios para exercício das funções de Direção do Fórum.

Na certeza de que a medida legal proposta à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Artigo 1.^o - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ), passa a vigorar com as seguintes alterações:

O artigo 4.^o passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.^o - O Tribunal de Justiça, composto de vinte e sete (27) Desembargadores e com sede na Capital, é o órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo jurisdição em todo o seu território”.

O parágrafo único, do artigo 11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 -
Parágrafo único - O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras".

O artigo 13 passa a vigorar com a supressão dos seus incisos V e VI.

O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - O Órgão Especial será composto pelo Presidente, e pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor da Justiça, que nele exercerão funções iguais, e por mais vinte e dois Desembargadores de maior antigüidade no cargo, respeitada a representação de Advogados e de membros do Ministério Público, sendo inadmitida a recusa do encargo".

Os incisos XVI e XVII, do artigo 15, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -
XVI - Decidir sobre o pedido de férias e de licenças dos Desembargadores.
XVII - Declarar a vacância, por abandono de cargo, na Magistratura".

Os incisos II, III e IV, do artigo 16, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 -
I -
II - Solicitar, pela maioria absoluta de seus membros, ao Supremo Tribunal Federal, a intervenção da União no Estado, quando o regular exercício das funções do Poder Judiciário for impedido por falta de recursos decorrente de injustificada redução de sua proposta orçamentária, ou pela não satisfação oportuna das dotações que lhe correspondam.
III - Indicar os magistrados, advogados e membros do Ministério Público que devam compor o Tribunal de Alçada; os magistrados e os juristas que devam participar do Tribunal Regional Eleitoral e os magistrados de primeiro grau, para efeito de remoção, opção e promoção.
IV - Processar e julgar originariamente:
a) o Governador do Estado e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns;
b) os Secretários de Estado e o Procurador Geral da Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do artigo 129 da Constituição Federal;
c) os membros do Tribunal de Alçada, os Juizes de primeiro grau e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvadas a competência da Justiça Eleitoral e a do Tribunal do Júri, quanto aos últimos;
d) os crimes contra a honra em que for querelante qualquer das pessoas referidas nas letras anteriores, quando oposta e admitida exceção da verdade;
e) os mandados de segurança contra atos seus e do Presidente do Tribunal.

O artigo 17, acrescido de dois parágrafos e alterado o atual parágrafo único para segundo parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17 - O Conselho da Magistratura, com função disciplinar, do qual são membros natos o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, e o Corregedor da Justiça, compor-se-á de mais cinco Desembargadores, sendo três eleitores e dois outros, os mais modernos do Tribunal.
§ 1º - A eleição será realizada na mesma Sessão de eleição da direção do Tribunal, com mandato coincidente com o desta, ou, quando necessário, para complementação do mandato.
§ 2º - O Conselho da Magistratura terá como órgão supe-

rior o Órgão Especial a que alude o capítulo anterior.

§ 3º - Além do que for estabelecido pelo Regimento Interno, compete ao Conselho da Magistratura:

- I - Discutir sobre a proposta do orçamento da despesa do Poder Judiciário e sobre as propostas de abertura de créditos especiais, a serem examinadas pelo Órgão Especial (art. 15, II e III).
- II - Exercer controle sobre a execução do orçamento da despesa do Poder Judiciário.
- III - Declarar a vacância de cargo, por abandono, nas serventias da Justiça.
- IV - Indicar serventuários da Justiça para remoção.
- V - Opinar sobre o pedido de permuta dos serventuários da Justiça.
- VI - Julgar os recursos interpostos contra decisões em concursos para nomeação de serventuários da Justiça, bem como homologá-lo e indicar candidato à nomeação.
- VII - Julgar os recursos interpostos contra as decisões do Corregedor da Justiça.
- VIII - Delegar poderes a Desembargadores para procederem correições nas comarcas, mediante propostas do Corregedor da Justiça.
- IX - Referendar ou alterar a designação de substituto aos servidores da Justiça, em caso de vacância (art. 50 - X)".

O inciso III, do artigo 27, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 -
I -
II -
III - Colaborar com o Presidente na representação e na administração do Tribunal.

Os incisos II e III, do artigo 43, passam a ter a seguinte redação:

Art. 43 -
I -
II - Não ter mais de quarenta e cinco (45) anos de idade, na data do último dia da inscrição.
III - Ser bacharel em Direito e provar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, de dois (2) anos no mínimo, ou conclusão do Curso de Preparação para ingresso na magistratura, da Escola da Magistratura do Estado do Paraná.

O inciso X, do artigo 50, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 -
X - Designar substituto aos servidores da Justiça nos casos de vacância *ad referendum* do Conselho da Magistratura (art. 17, § 3º - IX), bem assim nos casos de licença ou férias, nos termos do artigo 178 deste Código".

O artigo 51, suprimido seu atual parágrafo único, passa a vigorar com dois parágrafos:

"Art. 51 -
§ 1º - Na comarca de Curitiba, a Direção do Fórum será exercida por um dos juizes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, sob indicação do Órgão Especial e designação do Presidente do Tribunal de Justiça.
§ 2º - Nas comarcas do interior do Estado, a Direção do Fórum será exercida por um dos juizes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, mediante sucessão automática e obedecendo-se à ordem de antigüidade na Comarca".

O artigo 81, mantidos os seus três parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 81 - Os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada perceberão mensalmente, a título de representação, a importância correspondente a vinte e cin-

co por cento (25%) sobre os seus vencimentos (art. 76); os Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e o Corregedor da Justiça, da mesma forma, perceberão vinte por cento (20%); e os Juizes de Direito Diretores do Fórum, pelo mesmo título, farão jus a cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos.

O artigo 146 passa a vigorar com a supressão do seu parágrafo único.

O artigo 159 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159 - A remoção dos titulares de Ofícios far-se-á mediante indicação em lista tríplice, quando praticável, organizada pelo Conselho da Magistratura e por ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça".

O artigo 160, mantidos seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 160 - Vago o Ofício, o Juiz de Direito fará comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça, que, havendo interesse da justiça, determinará à Secretaria a expedição de edital para remoção ou concurso, pelo prazo de vinte (20) dias".

O artigo 162 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 162 - Não havendo inscrição para remoção, será expedido edital de concurso".

O artigo 195, suprimido seu atual parágrafo único, passa a vigorar com dois parágrafos:

"Art. 195 -

§ 1.º - Quando denunciados ou condenados, os auxiliares da Justiça poderão ser afastados do exercício do cargo, mediante ato do Corregedor da Justiça.

§ 2.º - Tão logo recebida a denúncia ou transitada em julgado a sentença, o juiz do processo remeterá ao Corregedor da Justiça cópia das respectivas peças".

Artigo 2.º - Ficam criadas, na entrância inicial, as seguintes

Comarcas:

I - Centenário do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lupionópolis e Cafeara (municípios do mesmo nome).

II - Quedas do Iguaçu, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto (município de Quedas do Iguaçu).

III - Salto do Lontra, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome).

IV - Pinhão, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (município de Pinhão).

Artigo 3.º - Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Centenário do Sul, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra e Pinhão, a partir da instalação das respectivas comarcas.

Parágrafo único - Aos titulares das escrivanias de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados do edital de chamamento para instalação da comarca.

Artigo 4.º - Ficam transferidos de comarca os seguintes

Distritos Judiciários:

I - Lupionópolis (município do mesmo nome) da comarca de Porecatu para a comarca de Centenário do Sul;

II - Cafeara (município do mesmo nome) da comarca de Jaguapitã para a comarca de Centenário do Sul;

III - Espigão Alto (município de Quedas do Iguaçu), da comarca de Laranjeiras do Sul para a comarca de Quedas do Iguaçu;

IV - Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome), da comarca de Doiz Vizinhos para a comarca de Salto do Lontra;

V - Jataizinho, Frei Timóteo e São João (município de Ja-

taizinho) da comarca de Uraí para a comarca de Ibiporã;

VI - Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (município de Pinhão) da comarca de Guarapuava para a comarca de Pinhão;

VII - Cafelândia (município do mesmo nome) da comarca de Cascavel para a comarca de Corbélia.

Artigo 5.º - Ficam criados quatro cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, respectivamente para as comarcas de Centenário do Sul, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra e Pinhão.

Artigo 6.º - Haverá na comarca de Centenário do Sul, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 7.º - Haverá na comarca de Quedas do Iguaçu, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 8.º - Haverá na comarca de Salto do Lontra, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 9º - Haverá na comarca de Pinhão, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

- a) - uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 10 - Ficam elevadas, de entrância inicial para entrância intermediária, ficando criado um cargo de Juiz de Direito para cada uma delas, as seguintes comarcas:

- I - Colombo
- II - Marechal Cândido Rondon
- III - Medianeira
- IV - Pitanga
- V - Cambé
- VI - Ibiporã
- VII - Capanema.

Artigo 11 - Nas comarcas de Colombo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Cambé, Ibiporã e Capanema a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - uma (1) Vara Cível;
- II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá nas comarcas de Colombo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Cambé, Ibiporã e Capanema, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 12 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Goioerê.

Artigo 13 - Na comarca de Goioerê a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá, na comarca de Goioerê, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 14 - Ficam criados dois (2) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Foz do Iguaçu.

Artigo 15 - Na comarca de Foz do Iguaçu a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição, inclusive quanto à matéria trabalhista.

II - Duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª, por distribuição, cabendo à 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III - Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá, na comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 16 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Guarapuava.

Artigo 17 - Na comarca de Guarapuava a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição.

II - Duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª, por distribuição,

cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri.

- III - Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá, na comarca de Guarapuava, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

- I - No Foro Judicial:
- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) duas (2) Escrivanias Criminais;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- II - No Foro Extrajudicial:
- a) 1.^o Tabelião de Notas;
 - b) 2.^o Tabelião de Notas;
 - c) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - d) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - e) 3.^o Ofício de Registro de Imóveis;
 - f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
 - g) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e
 - h) 2.^o Ofício de Protesto de Títulos.

Artigo 18 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Paranavaí.

Artigo 19 - Na comarca de Paranavaí a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição, inclusive quanto à matéria trabalhista.
- II - Uma (1) Vara Criminal.
- III - Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá na comarca de Paranavaí, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

- I - No Foro Judicial:
- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório da Vara Criminal; e
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- II - No Foro Extrajudicial:
- a) 1.^o Tabelião de Notas;
 - b) 2.^o Tabelião de Notas;
 - c) 3.^o Tabelião de Notas;
 - d) um (1) Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
 - e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e

- f) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 20 - Ficam criados dois (2) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de São José dos Pinhais.

Artigo 21 - Na comarca de São José dos Pinhais a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição;
- II - uma (1) Vara Criminal;
- III - Uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo único - Haverá na comarca de São José dos Pinhais com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

- I - No Foro Judicial:
- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
 - b) uma (1) Escrivania Criminal;
 - c) uma (1) Escrivania de Menores;
 - d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
 - e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
 - f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;
 - g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- II - No Foro Extrajudicial:
- a) 1.^o Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - b) 2.^o Tabelião de Notas;
 - c) 1.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
 - d) 2.^o Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior; e
 - e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 22 - Ficam criados os Distritos Judiciários de São José das Palmeiras (município do mesmo nome), na comarca de Santa Helena, e Rancho Alegre do Oeste (município de Goioerê) na comarca de Goioerê, com as delimitações territoriais estabelecidas para o município e distrito administrativo do mesmo nome, respectivamente.

Parágrafo único - Ao titular da Escrivania Distrital de São Clemente fica assegurado o direito de opção pela Escrivania Distrital de São José das Palmeiras, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados da publicação desta lei.

Artigo 23 - Fica criado o Distrito Judiciário de Praia de Leste (município de Paranaguá), na comarca de Paranaguá.

Artigo 24 - São alterados, suprimidos ou acrescentados os seguintes dispositivos da Lei 7.297, de 08 de janeiro de 1980:

"Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias segundo a competência prevista neste Código:

- I - 27 Desembargadores
- IV - 105 Juizes de Direito de entrância intermediária
- VI - 84 Juizes de Direito de entrância inicial
- Art. 209 - É a seguinte a classificação das comarcas:
- II - De entrância intermediária: 8) Cambé, 9) Campo Largo, 10) Campo Mourão, 11) Capanema, 12) Cascavel, 13) Castro, 14) Cianorte, 15) Colombo, 16) Cornélio Procopio, 17) Cruzeiro do Oeste, 18) Foz

do Iguaçu, 19) Francisco Beltrão, 20) Goioerê, 21) Guaíra, 22) Guarapuava, 23) Ibioporã, 24) Irati, 25) Ivaiporã, 26) Jacarezinho, 27) Lapa, 28) Laranjeiras do Sul, 29) Loanda, 30) Marechal Cândido Rondon, 31) Medianeira, 32) Nova Esperança, 33) Palmas, 34) Paranaguá, 35) Paranaíba, 36) Pato Branco, 37) Peabiru, 38) Pitanga, 39) Rio Negro, 40) Rolândia, 41) Santo Antônio da Platina, 42) Santo Antônio do Sudoeste, 43) São José dos Pinhais, 44) Telêmaco Borba, 45) Toledo, 46) Umuarama, 47) União da Vitória, 48) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial: 11) Cândido de Abreu, 12) Carlópolis, 13) Centenário do Sul, 14) Cerro Azul, 15) Chopinzinho, 16) Cidade Gaúcha, 17) Clevelândia, 18) Colorado, 19) Congonhinhas, 20) Corbélia, 21) Coronel Vivida, 22) Curitiba, 23) Dois Vizinhos, 24) Engenheiro Beltrão, 25) Faxinal, 26) Formosa do Oeste, 27) Grandes Rios, 28) Guaraniaçu, 29) Ibaiti, 30) Imbituva, 31) Ipiranga, 32) Iporã, 33) Jaguapitã, 34) Jaguariá, 35) Jandaia do Sul, 36) Joaquim Távora, 37) Mallet, 38) Mandaguá, 39) Mandaguari, 40) Marialva, 41) Marilândia do Sul, 42) Matelândia, 43) Morretes, 44) Nova Fátima, 45) Nova Londrina, 46) Palmeira, 47) Palmital, 48) Palotina, 49) Paraíso do Norte, 50) Paranacity, 51) Pérola, 52) Pinhão, 53) Pirai do Sul, 54) Piraquara, 55) Porecatu, 56) Primeiro de Maio, 57) Prudentópolis, 58) Quedas do Iguaçu, 59) Realeza, 60) Rebouças, 61) Reserva, 62) Ribeirão Claro, 63) Ribeirão do Pinhal, 64) Rio Branco do Sul, 65) Salto do Lontra, 66) Santa Helena, 67) Santa Izabel do Ivaí, 68) Santa Mariana, 69) São Jerônimo da Serra, 70) São João do Ivaí, 71) São João do Triunfo, 72) São Mateus do Sul, 73) São Miguel do Iguaçu, 74) Sengés, 75) Sertãozinho, 76) Siqueira Campos, 77) Teixeira Soares, 78) Terra Rica, 79) Terra Roxa, 80) Tibagi, 81) Tomazina, 82) Ubatuba, 83) Uraí, 84) Xanxerê.

Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias: 32.^a comarcas de Guarapuava, Palmital, Pitanga, Prudentópolis e Pinhão;

36.^a comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Salto do Lontra;

48.^a comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu;

49.^a comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã, Porecatu e Centenário do Sul.

Art. 211 - As comarcas e seus Distritos são os seguintes:

24 - Cascavel: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Tereza (município de Cascavel); Catanduvas e Ibema (município de Catanduvas); Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia (município de Capitão Leônidas Marques); Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida (município do mesmo nome);

34 - Corbélia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Braganey e Cafelândia (municípios do mesmo nome);

40 - Dois Vizinhos: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (município de Dois Vizinhos);

46 - Goioerê: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiá, Paraná do Oeste, Quarto Centenário e Rancho Alegre do Oeste (município do mesmo nome);

49 - Guarapuava: compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Campina do Simão, Paz, Carro Quebrado, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (município de Guarapuava);

Cantagalo, Marquinho, Pinhalzinho e Goioxim (município de Cantagalo); Turvo (município do mesmo nome);

52 - Ibioporã: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jataizinho, Frei Timóteo e São João (município de Jataizinho);

59 - Jaguapitã: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Bentópolis (município de Guaraci);

64 - Laranjeiras do Sul: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito, Barreirinho, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani da Estratégica (município de Laranjeiras do Sul);

86 - Paranaguá: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra e Praia de Leste (município de Paranaguá); Matinhos (município do mesmo nome);

95 - Porecatu: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirassol e Prado Ferreira (município de Mirassol) e Florestópolis (município do mesmo nome);

106 - Santa Helena: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Clemente (município de Santa Helena) e São José das Palmeiras (município do mesmo nome);

130 - Uraí: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (município de Uraí) e Rancho Alegre (município do mesmo nome);

133 - Centenário do Sul: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lupionópolis e Cafeara (municípios do mesmo nome);

134 - Quedas do Iguaçu: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto (município de Quedas do Iguaçu);

135 - Salto do Lontra: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome);

136 - Pinhão: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (município de Pinhão);

Art. 219 - Na comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 21 (vinte e uma) Varas Cíveis não especializadas;

II - 4 (quatro) Varas de Família;

III - 1 (uma) Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

IV - 4 (quatro) Varas de Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

V - 1 (uma) Vara de Menores;

VI - 11 (onze) Varas Criminais não especializadas;

VII - 1 (uma) Vara do Tribunal do Júri;

VIII - 2 (duas) Varas dos Delitos de Trânsito;

IX - 1 (uma) Vara das Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

X - 1 (uma) Vara da Auditoria da Justiça Militar.

Art. 220 - Aos Juizes das Varas Cíveis, de 1.^a a 21.^a, compete, por distribuição o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria cível e comercial, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Art. 235 - Haverá na comarca de Curitiba:

I - e) quatro (4) Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, com as atribuições seguintes:

1.^o Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Vara de

Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais, de 1.^a a 16.^a; Tabelionatos de Notas, de 8.^o a 12.^o;

2.^o Ofício: Distribuidor, na matéria de competência das Varas Cíveis não especializadas; Tabelionatos de Notas, de 1.^o a 7.^o; Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;

3.^o Ofício: Distribuição dos Títulos:

— relativos a direitos reais e imobiliários, que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registros de Imóveis;

— de crédito, que se destinem aos Ofícios de Protestos de Títulos;

4.^o Ofício: Contador e Partidor, na matéria de competência das Varas Cíveis não especializadas.

j) um (1) Ofício de Depositário Público.

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das comarcas de:

V - Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu e Guaraçuva: cinco (5) Juizes de Direito.

VI - Paranavaí e São José dos Pinhais: quatro (4) Juizes de Direito.

VII - Apucarana, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá e Pato Branco: três (3) Juizes de Direito.

VIII - Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cambé, Capanema, Colombo, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Guaíra, Ibioporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Rolândia, Toledo e União da Vitória: dois (2) Juizes de Direito.

IX - Nas demais comarcas: um (1) Juiz de Direito."

Artigo 25 - O prazo para a interposição de qualquer dos recursos previstos na Lei 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e dos estabelecidos na presente lei é de quinze (15) dias, contados da ciência do ato.

Artigo 26 - Para o cômputo do prazo máximo estabelecido pelos parágrafos do artigo 51, da redação determinada por esta lei, leva-se em conta o tempo de exercício anterior à sua vigência.

Artigo 27 - Desde que acolhida por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, a criação de distrito administrativo importa na sua qualificação em distrito judiciário, contando com o correspondente cargo da serventia de Justiça.

Artigo 28 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Artigo 29 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência o Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parciais da CPI da corrupção e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão do requerimento de autoria do Deputado Roberto Requião, que solicita licença para tratar de interesses particulares.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MARTINS PEREZ, ocorrido no dia 01/10/85 em nossa Capital.

O extinto era pessoa de grande relacionamento nos meios sociais, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus familiares e amigos.

Requer ainda, seja dada ciência dessa decisão à família enlutada, na Rua José Veríssimo, 1050 - Alto Tarumã - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Odilon da Silva, ocorrido nesta Capital deixando viúva a Sra. Inês Campos da Silva e os seguintes filhos: Roseli, Odilon, Claudio, Marcia, Marcelo e André Luiz.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Camões, 1720, nesta capital.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Alcimar Triches, filho de Célio Triches, de tradicional família de Pato Branco, e que se transmita as condolências deste Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado votos de condolências, deste Poder, ao Sr. Pedro Ruiz Copeli e familiares, residentes à Avenida Amazonas, Casa Azul, em Mandaguari, pelo falecimento do Sr. JOAQUIM COPELLI, seu genitor, ocorrido no sábado último, dia 29/09.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de elogio e cumprimentos, expressos à pessoa do Sr. Prefeito Municipal de Palmeira, Mussoline Mansani, pela feliz iniciativa que assinala de 03 a 06 do mês em curso, a realização da "I Exposição

Feira Agro-Pecuária de Palmeira", no Parque de Exposições da Colônia Witmarsum.

O evento contará de ampla programação, abrangendo em particular, a mostragem do que produz aquele promissor município nos setores industrial, pecuário, agrícola e artesanal, numa cabal demonstração do que constitui sócio-econômico paranaense.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dado ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada a data de 14 de outubro corrente, às 15 horas, para a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Honorária ao Senhor Samuel Guimarães da Costa, concedido por lei.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que determine as providências necessárias para que o Paraná possa tirar o máximo proveito da passagem do Cometa de Halley, tendo em vista estar o território paranaense situado na região mais favorável para a observação do fenômeno.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

O mundo todo mobiliza-se para a passagem do Halley. A expectativa cresce em todo o mundo. Até uma marca foi registrada mundialmente para ser explorada comercialmente. Há milhões em jogo. Mas aqui no Paraná, que se encontra numa localização das mais privilegiadas para a observação do fenômeno, nenhuma providência foi adotada até agora pelas autoridades para propiciar as condições disponíveis para receber o grande número de turistas que por certo para aqui de deslocarão, além de cientistas, astrônomos, observadores de todas as partes do mundo. A PARANATUR, segundo se informa, até agora não tomou qualquer tipo de providência para coordenar o trabalho de recepção aos que aqui virão observar o fenômeno, como também não tomou iniciativa para dar divulgação conveniente a nível nacional ao fato de ser o Paraná o ponto mais favorável para a observação.

Nada está sendo feito, porque enquanto o cometa se aproxima o Governo anda no mundo da lua, o que é profundamente lamentável por revelar que o que é um acontecimento da maior importância para todo o mundo, para nossas autoridades não merece a mínima atenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Reitor da UEL — Universidade Estadual de Londrina, Doutor Marco Antônio Fiori, na condição de Presidente do Conselho Universitário, sugerindo convocação de reunião pública daquele órgão para oficializar o processo de eleição direta do futuro Reitor e Vice-Reitor da referida instituição.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoiamento: Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

As recentes declarações do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Marco Maciel, confirmam a decisão de alterar a Lei Federal n. 5540 instituindo a eleição direta dos futuros dirigentes universitários.

A UFPR. — Universidade Federal do Paraná realizou há poucos dias uma reunião pública do seu Conselho Universitário, institucionalizando o processo democrático de escolha dos seus futuros dirigentes, reatando as propostas da comunidade universitária, após usarem do direito a palavra professores, alunos, funcionários e membros da comunidade presentes.

Na Universidade Estadual de Londrina estão marcadas eleições, pelo Comitê das Diretas constituída por representantes da ADUEL — Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina e DCE — Diretório Central dos Estudantes, para os próximos dias 5 a 19 de novembro. É imprescindível, neste momento, a manifestação oficial do Conselho Universitário da UEL, em cuja sensibilidade e maturidade acreditamos, institucionalizando o processo democrático em curso. E o caminho correto, no nosso entendimento, é via deliberação em reunião pública do Conselho Universitário, daí porque esta nossa iniciativa sugerindo a convocação da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A opinião pública nacional se escandaliza com as constantes fraudes da Previdência Social, cujo montante é estimado em 7 trilhões de cruzeiros. E cresce sempre, na medida em que novos saques ao dinheiro do trabalhador são descobertos em vários pontos do País, sem que um tostão sequer tenha retornado aos cofres previdenciários.

Não é menor que esse montante de 7 trilhões o total de contribuição sonegadas por empresas e municípios à Previdência Social, num verdadeiro crime de apropriação indébita, visto que as importâncias correspondentes à responsabilidade do trabalhador são descontadas em folha.

O mal pago trabalhador brasileiro, cuja remuneração mínima de 50 dólares mensais envergonha, como bem disse o Presidente Sarney na ONU, é um constante espoliado no seu patrimônio previdenciário. E não recebe da Previdência Social uma contrapartida justa de amparo, nas horas em que mais necessita de socorro. Quando está doente e sofre.

Através de um memorial assinado pelos médicos anestesiologistas de Curitiba Carlos Henrique Jacob, José Antônio Grisolli, João Farah e Eduardo Alves de Toledo foi trazido a nosso conhecimento uma circunstância incrível e desoladora. Os médicos anestesiologistas estão cobrando honorários de pacientes pobres internados em enfermarias mesmo sendo segurados do INAMPS, que descumpra assim sua obrigação legal de assegurar assistência médico-hospitalar gratuita aos seus contribuintes.

O histórico dos fatos é um libelo contra um setor médico e exemplo da desídia da organização previdenciária.

Através da Sociedade Paranaense de Anestesiologia, os médicos da especialidade deliberaram em assembleia romper com o INAMPS, determinando aos seus filiados que se descredenciassem.

O pretexto para o ato é a má remuneração dos procedimentos médicos de anestesia.

Evidentemente a ação dos anestesiologistas não visava aos pacientes de melhores recursos. A legislação previdenciária autoriza a cobrança de honorários de pacientes internados em acomodações hospitalares individuais. Queriam os médicos melhor remunerar-se dos pacientes pobres, internados em enfermarias, por cujo atendimento receberiam do INAMPS por Unidades de Serviço. E passaram a cobrar desses pobres coitados, a quem

a legislação garante assistência médico-hospitalar gratuita, em contrapartida as contribuições obrigatórias sobre seus salários.

Alguns médicos, como os quatro autores do memorial, não acataram a deliberação corporativa, por entenderem desumano cobrar de pessoas pobres e prosseguiram recebendo a parca remuneração oferecida pelo INAMPS.

Por essa posição, esses médicos foram expulsos da Sociedade Paranaense de Anestesiologia. Mais: foram denunciados e estão sendo processados pelo Conselho Regional de Medicina, por acusação de falta de ética.

Senhor Presidente:

Não nos cabe julgar o procedimento humano dos Senhores Médicos Anestesiologistas e de sua sociedade. Cabe-nos, porém, defender aqueles que humanitariamente negam-se a participar da espoliação dos nossos trabalhadores. Mais do que tudo, é de nossa competência providenciar para que os órgãos públicos que administram a previdência social cumpram à lei e assegurem a esses trabalhadores a assistência médica gratuita. Não podemos ser omissos como as entidades de classe, sindicatos e federações, que não protestaram contra a situação gerada pelos anestesiologistas.

Isto posto, o Deputado que adiante subscreve, em iniciativa que propõe seja encampada por esta Assembléia como manifestação oficial, REQUER o envio deste pronunciamento, com os apartes que possa gerar, bem como do teor do memorial assinado pelos Senhores Médicos, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, ao Superintendente do INAMPS, ao Superintendente Regional do INAMPS e aos Presidentes de todas as Federações de Trabalhadores no Paraná.

Requer, ainda, que igual documentação seja enviada à Sociedade Paranaense de Anestesiologia, à Sociedade Brasileira de Anestesiologia, ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina, como manifestação de protesto contra a omissão de socorros gratuitos a contribuintes da previdência social.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa, localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

A iniciativa da presente solicitação é da Ilustríssima Senhora Florinda Catarina Fontana. Como Diretora, e em nome dos demais professores daquele conceituado estabelecimento de ensino de Nova Cantu, afirma ser de fundamental importância a instalação de um telefone, a fim de agilizar os trabalhos de um modo geral.

Entretanto, para que esta reivindicação seja efetivamente concretizada é indispensável a participação dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, respaldando financeiramente para a instalação do citado telefone.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida

ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EBCT — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, encarecendo a implantação de um posto de atendimento do Correio no Distrito Administrativo de Farol, pertencente a Municipalidade de Campo Mourão.

Recentemente, o Vereador José Laurindo Kraus, em reunião realizada na Câmara Municipal de Campo Mourão, apresentou requerimento de sua autoria no sentido da implantação de um posto de atendimento do Correio, lembrando, na mesma oportunidade, os transtornos que atualmente a população do Distrito de Farol vem enfrentando, face a ausência daquele tipo de serviço.

Nesse sentido, por tratar-se de uma justa solicitação, espera-se o pronto atendimento no que se fizer necessário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da ampliação das instalações do Posto de Saúde localizado na Municipalidade de Iretama.

Na qualidade de Chefe do Posto de Saúde daquela cidade, portanto conhecedor de seus problemas, o Ilustríssimo Senhor Sílvio Takatuzi, médico há muitos anos com larga experiência profissional na área de Saúde Pública, afirma ser da maior urgência a realização de obras visando a ampliação de instalações do referido posto, visto que, atualmente são muitos os problemas enfrentados com a falta de maior espaço físico.

Trata-se, fora de qualquer dúvida, de uma solicitação das mais importantes. Neste sentido espera-se, por parte dessa Pasta, o encaminhamento de medidas que venham a corresponder aos anseios daquela comunidade iretamense.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR, Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., GERALDO LUIZ DE SOUZA, Diretor da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e FRANCISCO DE ASSIS LEMOS DE SOUZA, Diretor-Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná, solicitando-lhes a liberação de verba, através das Agências do Banco do Brasil S/A., de Telêmaco Borba e Ortigueira, para financiamento do plantio de algodão, para que se possa dar cumprimento ao acordo firmado entre as mencionadas entidades e agricultores daquela região em data de 18 de setembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Em reunião levada a efeito no dia 18 de setembro próximo passado, entre Bancos, Produtores, ACARPA e IAPAR, conforme consta do ofício n. 230/85, dirigido a este parlamentar pelo Excelentíssimo Senhor Antônio de Oliveira Mattos, Digníssimo Prefeito Municipal de Ortigueira, ficou acordado que o Banco do Brasil, através de suas Agências de Telêmaco Borba e Ortigueira, providenciariam o financiamento do plantio de algodão.

A Câmara Municipal de Ortigueira, através de seu ofício n. 031/85, firmado pelos ilustres Vereadores Odival L. Moraes, Tadeu Tuczyński Alfredo Gerhk, Guilherme Ote, Antônio E. dos Reis, Elias de Jesus Lemes e Nivaldo Moraes de Lima, confirmam a realização daquele encontro, pelo qual teria ficado acertado o financiamento para plantio de algodão nas localidades de Vista Alegre, Natingui, Palmital do Natingui, Briolândia, Quinhão 5, Lageado Bonito, Lageado Sêco, Pinhalzinho, Sapé e Vila Rica.

A liberação dos financiamentos deve ser urgenciada, vez que o plantio não pode ser retardado.

Acreditando na tomada de providências por parte das insígnias autoridades às quais nos dirigimos, esperamos a aprovação deste requerimento, ao qual anexamos cópias dos expedientes que recebemos a respeito do assunto.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA
ESTADO DO PARANÁ**

Ofício n. 031/85.

Curitiba, 30 de setembro de 1985.

Senhor Deputado:

DOUTOR DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA, através de seus Vereadores, comunica à Vossa Excelência, que embora tenha havido concordância do Banco do Brasil, em reunião realizada em nossa cidade no dia 18/09/85, em financiar o plantio de algodão, para as regiões de Vista Alegre, Natingui, Palmital do Natingui, Briolândia, Quinhão 5, Lageado Bonito, Lageado Sêco, Pinhalzinho, Sapé e Vila Rica, em nosso Município. As agências do Banco do Brasil de Ortigueira e Telêmaco Borba se recusam a atender os produtores.

Solicitamos a Vossa Excelência providências se possível para que o Banco do Brasil financie os produtores ainda para o plantio deste ano.

Segue anexo fotocópia da ata da reunião.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos a Vossa Excelência, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ODIVAL L. MORAIS

TADEU TUCZYŃSKI

ALFREDO GERHK

GUILHERME OTE

ANTÔNIO E. DOS REIS

ELIAS DE JESUS LEMES

NIVALDO MORAIS DE LIMA

ANTÔNIO OLIVEIRA MATTOS

Prefeito Municipal de Ortigueira

GUILHERME SUZELBACH

Gerente do Banco do Brasil – Agência de Ortigueira

ATICO ERNESTO PEDROLO

Gerente do Banco do Brasil – Agência de Telêmaco Borba

FELIPE MASSELMANN

Eng. Agr. CREA n. 42.934

Emater – Pr/ ACARPA

ORTIGUEIRA – PARANÁ.

OBS: Presentes ainda a reunião os seguintes representantes do IAPAR e ACARPA:

Eng. Agr. Rafael Figueiredo – Coordenador Pesquisa X Extensão ACARPA.

Eng. Agr. Osmar Muzziilli – Coordenador de Pesquisa IAPAR.

Eng. Agr. José Ricoy Pires – Pesquisador em Fitotecnia IAPAR.

Eng. Agr. Garibaldi Batista de Medeiros – Secretário Executivo IAPAR.

Essa caracterização não tem a intenção de estabelecer

medidas rígidas para a liberação ou proibição de áreas para o plantio. Os principais aspectos a se levar em conta são os seguintes:

1. Preferência para plantio em áreas de altitude abaixo de 550 m., a não ser que a experiência do agricultor confirme a possibilidade do plantio em cotas de altitude superiores a esse limite.

2. Preferência para plantio do algodão na primeira quinzena de outubro.

3. Preferência para exposição da lavoura às fases norte e oeste.

4. Preferência para solos livres de acidez e com boa fertilidade.

5. Preferência para plantio em áreas com declividade pouco acentuada com solos profundos e argilosos.

6. Plantio usando-se a variedade IAC – 17, ou a variedade IAPAR – 4 Paraná – 1 quando houver disponibilidade de sementes dessa variedade.

Além desses aspectos, recomenda-se observar à nível da proposta do financiamento, o tamanho da área a ser ocupada com algodão em relação a área total disponível na propriedade.

BENEDITO CAETANO DE OLIVEIRA

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ortigueira

PALIMORCIO SCAMDIUZZI

Diretor Efetivo da CANOREA

REGINALDO FERREIRA BARREIROS

Eng. Agr. CREA n. 83.138

Assessor – Cart. Agroc. Banco do Brasil PG.

PABLO LUIS S. RODRIGUES

Eng. Agr. CREA n. 13.112 PR.

Gerente Regional ACARPA

ANTÔNIO F. ESGOBERO

CRMV – 30.867 – Chefe Regional do Núcleo da Ivaiporã
ALBERTO CARLOS MORIS

CREA: 9.761 – Eng. Agr.

Chefe Regional da ACARPA de Ivaiporã

GILBERTO

Eng. Agr. CREA: 8.314 - PR.

Gerente do Dpto. Tec. da CANOREA

VALTER LAROCA

Eng. Agr. CREA: 10.165

ORTIGLAN

Além dos fatores mencionados, outros aspectos a se observar na propriedade, ou na parte dela onde se pretende plantar algodão, são:

- a ocorrência de solos férteis e livres de acidez;
- o uso de variedades apropriadas recomendadas pela pesquisa;
- a adoção de técnicas do cultivo mais adequadas para a região.

Por todos esses aspectos, é fundamental que a decisão final de liberação da área para plantio de algodão nas zonas de transição seja feita com base na orientação técnicas dos **ENGENHEIROS AGRÔNOMOS** que trabalham na região somada à experiência dos agricultores, e que a condução das lavouras seja, sempre que possível, acompanhada pela assistência técnica a nível local.

A dificuldades maior, na atual realidade, está na insuficiência de agentes da assistência técnica e de estrutura, oficial ou privada, para prestar orientação, caso a caso, em alguns municípios situados na região considerada.

Nossa situação, é em caráter excepcional devido a proximidade da época mais favorável para plantio, foi desenvolvida uma ação integrada envolvendo os agricultores, os agentes de crédito e das assistências técnicas, a nível de comunidades selecionadas dentre aquelas onde se concentram os propósitos do plantio do algodão. Valendo-se sobretudo da experiência

já adquirida pelos agricultores daquelas comunidades em safras anteriores, foi feita a caracterização das áreas mais viáveis, segundo os critérios anteriormente descritos.

Tal caracterização pretende assegurar que as lavouras de algodão na faixa de transição climática sejam implantadas em áreas de menor risco a nível das comunidades a seguir relacionadas no município de Ortigueira.

- Natingui.
- Palmital do Natingui.
- Sape.
- Lageado Bonito.
- Quinhão 5 (Rosário).
- Vista Alegre.
- Lageado Seco.
- Pinhalzinho
- Vila Rica.

Com base nesses dois documentos e levando-se em conta o conhecimento das exigências climáticas do algodoeiro, uma região pode ser considerada, do ponto de vista climático, como:

APTA — se o clima não impõe nenhuma restrição para o crescimento e desenvolvimento do algodoeiro, no período compreendido entre meadas de setembro a fim de março. No Estado do Paraná, a maioria das áreas aptas estão situadas acima do paralelo 24° na latitude Sul.

INAPTA — quando o clima da região impõe restrições climáticas sérias (excessos de chuvas, geadas, frios intensos) para a exploração econômica do algodoeiro. No Paraná, de modo geral essas áreas se localizam abaixo do paralelo 25° na latitude Sul.

Pelo fato do Estado do Paraná situar-se numa faixa intermediária de clima tropical e sub-tropical, entre as áreas APTAS e INAPTAS para a cultura do algodoeiro resta uma faixa considerada de TRANSIÇÃO onde as (culturas do algodoeiro) digo, restrições climáticas não são muito sérias a ponto de limitar o desenvolvimento e produção das lavouras. Nesse caso, uma propriedade agrícola, ou parte dela, poderá ser considerada climaticamente viável para cultura do algodoeiro, se a temperatura média durante o ciclo da cultura se situar ao redor dos 22° C e desde que não haja excesso de chuvas na fase de maturação e colheita.

Em geral, no Estado do Paraná a linha de temperatura de 22° C passa, no período de outubro a março, por pontos que se situam em altitudes acima de 550 m do nível do mar. Isso significa que áreas de altitudes abaixo de 550 m., apresentarão temperaturas médias superiores a 22° C no período, sendo portanto mais indicadas para o cultivo do algodão. Áreas acima de 550 m., poderão apresentar sérias limitações por excesso de frio. Além da altitude, outros fatores de clima deverão ser observados — exposição a ventos frios (principalmente nas faces sul e leste), ocorrências de ondas de frio ou mesmo geadas tardias — as quais poderão afetar a emergência e o desenvolvimento inicial das lavouras — ou ocorrências de excesso de chuvas nos meses de março e abril — que poderá prejudicar a lavoura na fase de maturação e colheita.

Nessas faixas de transição, devido ao aquecimento de primavera/verão ser mais lento e existir riscos de ventos frios ou mesmo de geadas tardias, a época mais recomendada para o plantio do algodão nas áreas de altitudes abaixo de 550 m, varia entre início e meados de outubro.

Ortigueira, 18 de setembro de 1985.

Ofício n. 02/85.

APTIDÃO CLIMÁTICA DO ALGODOEIRO

Orientação técnica para identificação de áreas viáveis no Município de Ortigueira.

O sucesso de qualquer lavoura depende da combinação de fatores ambientais (clima e solo) com os fatores sociais e econômicos, que determinam o sistema agrícola mais adequado para uma região. Esses fatores devem ser indentificados local-

mente, com base na experiência dos agricultores, no conhecimento dos técnicos que vivem na região e fundamentados no aprimoramento tecnológico conseguindo pela pesquisa.

A identificação de uma propriedade, ou mesmo parte dela, quanto à sua aptidão e suas limitações para o cultivo de uma determinada lavoura deve ser feita localmente, com base nos conhecimentos e experiências existentes na região. Cabe à pesquisa confirmar essa aptidão e aprimorar técnicas capazes de superar algumas dessas adversidades, como forma de minimizar os riscos a que as lavouras estão sujeitas.

Assim sendo, a Circular n. 30 do IAPAR, publicada em setembro de 82 não deve ser entendida como um documento destinado a limitar ou proibir o cultivo do algodoeiro em regiões de transição climáticas. A principal intenção do documento foi fornecer orientação e subsídios para a identificação de áreas mais viáveis para o cottonicultura no Estado do Paraná, como forma de prevenir e alertar sobre prováveis riscos decorrentes de fatores climáticos (principalmente baixas temperaturas), que poderão influenciar de forma negativa o desenvolvimento e a produção das lavouras de algodão, com sérios prejuízos para o agricultor.

As informações contidas naquela Circular foram complementadas por outras orientações contidas no Informe da Pesquisa n. 50, publicado pelo IAPAR em julho de 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA

Ofício n. 230/85

Ortigueira, 1 de outubro de 1985.

Gabinete do Prefeito

Senhor Deputado:

Serve o presente para solicitar de Vossa Excelência, no sentido de gestionar junto ao Secretário da Agricultura e agentes financeiros do Banco do Brasil S/A., agências de Ortigueira e Telêmaco Borba, para liberação de recursos para financiamento do plantio do Algodão nas regiões onde houve concordância em reunião realizada em 18/09/85, entre Bancos, Produtores, Acarpa e Iapar.

No aguardo de suas prezadas informações sirvo-me do ensejo para reiterar protestos de apreço e consideração.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA MATTOS

Prefeito Municipal.

Ao Exmo. Sr.

Dr. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

DD. DEPUTADO ESTADUAL.

PONTA GROSSA — PARANÁ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, civis e militares, e Deputados Federais, solicitando apoio às reivindicações da Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, com sede -a rua Anita Garibaldi, 1921, bairro Boa Vista de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais — AMPLA, foi fundada com o objetivo de apoiar os civis e militares cassados que não tiveram condições de recorrer à Justiça, na defesa de seus direitos. No momento em que alguns Ministérios e Estados já colocaram em prática a anistia ampla, geral e irrestrita, readmitindo ex-funcionários cassados, é necessário ampliar esse benefício de forma que todos os injustiçados, civis e militares,

em todos os Estados e empresas públicas, sejam reconduzidos às suas funções, corporações militares e empregos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando, através da FUNDEPAR, 10 (dez) lâmpadas "Halogen", com estilete: 220 - 230V - 2.000 W para refletores NVF - 479, para a Cancha de Esportes da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari, Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo da cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação nos foi transmitida pela professora Nair Escame de Almeida, diretora daquele estabelecimento de ensino, tendo em vista que os alunos encontram-se impedidos de participar de aulas de educação física no horário noturno. Da mesma forma, as atividades de jogos fica prejudicada e a escola não tem condições financeiras de repor as lâmpadas queimadas dos refletores da cancha de esportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Nilton Miguel Friedrich, MD. Secretário de Estado do Interior, solicitando, através da SANEPAR, instalação de rede de água tratada no Distrito de Borbônia, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional verificado no Distrito de Borbônia e a dificuldade que seus habitantes encontram para obter água potável, são as razões que nos levam a fazer a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, manifestando a preocupação do povo paranaense diante da séria análise do eminente farmacologista e diretor da Faculdade de Ciências Médicas de Belo Horizonte, Doutor, José Elias Murad, divulgada na edição n. 891, da Revista "Veja", na seção "Ponto de Vista", sob o Título "Cuidado, a maconha vem aí".

Na matéria referida, o pesquisador denuncia fatos comprometedores em relação ao Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes, advogado Tércio Lins e Silva, participante de seminário levado a efeito em novembro de 1983, durante o qual se pregou "clara e abertamente legalização ou a liberação da maconha", segundo o articulista.

O mais grave é ser o Doutor Tércio Lins e Silva co-autor do livro "Maconha em Debate", publicado no início deste ano. Observa-se que na obra "os autores estão de acordo num ponto básico: a conveniência da legalização ou da liberação dessa droga. Alguns capítulos têm título bastante sugestivos: "A possibilidades educacionais da maconha", "A penalização do prazer", "Droga?" e "A luta pela descriminalização". Entre os trechos apregoados a legalização da droga, há um que merece ser repro-

duzido: "Esta postura está no Conselho Federal de Entorpecentes (...) e não há possibilidade de nós conseguirmos uma medida sem antes os conselheiros vivenciarem essa nova realidade. É um conselho, acima de tudo, de formação conservadora".

É inaceitável, tanto no aspecto político, como no social e no científico que a Nova República possa, eventualmente, legalizar ou liberar a maconha, droga realmente prejudicial do ser humano, como está sobejamente comprovado.

Como representantes do povo, cabe-nos combater tais absurdas possibilidades que, se a alguns poderia beneficiar seriam alguns traficantes de hoje e vis exploradores interessados na alienação desmotivação da "brava gente brasileira".

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 251/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 2.º - O Programa Estadual de Transporte Escolar será integrado pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, e pelas Prefeituras Municipais de todo o Estado.

§ 1.º - O Programa Estadual de Transporte Escolar poderá, através da celebração de convênios estabelecer programas de transporte escolar entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais.

§ 2.º - As Secretarias de Estado da Educação, e dos Transportes, manterão o Programa Estadual de Transporte Escolar através de um regulamento aprovado pelo Governador do Estado.

Art. 3.º - O Programa Estadual de Transporte Escolar tem por finalidade promover os meios necessários visando proporcionar o transporte escolar aos estudantes da rede estadual de ensino de 1.º e 2.º Graus.

Art. 4.º - Os recursos para o Programa Estadual de Transporte Escolar serão constituídos de:

I - dotações anuais de Governo do Estado, consignados no orçamento estadual, e créditos adicionais que lhes sejam atribuídos;

II - recursos financeiros e materiais provenientes de auxílios, subvenções, contribuições, doações, transferências e participações em convênios;

III - saldos de exercícios anteriores;

IV - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais; e

V - recursos de outras fontes ligadas à Educação e aos Transportes.

Art. 5.º - A organização e funcionamento do Programa Estadual de Transporte Escolar será estabelecido por normas constantes em Decreto, na forma do art. 2.º, § 2.º.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Um dos setores da vida nacional, que mais sofreu com as ações castrantes e arbitrarias do regime militar, foi, sem dúvida nenhuma, o educacional. A comercialização do ensino, a falta de planejamento capaz de equacionar a demanda educacional, os constantes aumentos das mensalidades escolares e do material didático, foram artifícios usados durante duas décadas.

Há, portanto, atualmente, uma evidente intenção de reverter este quadro, através do advento de uma nova filosofia de Governo, em que os problemas educacionais passam a ser

amplamente debatidos. E neste sentido tornar a escolarização acessível a toda a população, mormente a paranaense.

No nosso Estado existe uma vasta parcela da população a quem a escolarização se torna, quando não impossível, pelo menos muito difícil. As estatísticas informam-nos que, de cada 100 alunos que ingressam nas escolas do Paraná, apenas 8 conseguem alcançar a terceira série do segundo grau. Esta deserção maciça, idêntica a cada ano, sugere de imediato a violência dos problemas sócio-culturais e sócio-econômicos que dilaceram a estrutura da sociedade brasileira e paranaense, no caso. Embora o sistema de ensino estadual esteja capacitado a absorver toda a população escolar, nem sempre o aluno dispõe de meios para ocupar o banco escolar, um direito seu!

Refiro-me especificamente à precariedade existente no transporte de estudantes da zona rural para estudar em centros urbanos. Tal fato vem ocorrendo principalmente devido à enorme diferença na proporção do número de escolas de 1.º e 2.º Graus na área rural. Enquanto das 12.350 escolas de 1.º Grau do Estado, 9.750 situam-se na zona rural, no que diz respeito aos estabelecimentos de 2.º Grau, das 550 escolas estaduais, apenas 6 se situam fora das áreas urbanas. Fica pergunta: após terminar o 1.º Grau, o estudante carente da zona rural terá condições de se deslocar, diariamente, até um centro urbano para prosseguir seus estudos de 2.º Grau?

É evidente que não. Nas regiões de nossa atuação parlamentar, temos constatado uma crescente dificuldade por parte das Prefeituras, que sensíveis ao problema tomaram para si a tarefa de manter o transporte escolar entre a área rural e urbana do município. Desnecessário se torna aqui salientar a situação de extrema penúria e endividamento em que se encontram as municipalidades brasileiras. As Prefeituras não tem como arcar com mais este pesado ônus: falta o veículo para o transporte, e quando o há, a Prefeitura não tem recursos para o combustível.

Em decorrência disso, uns dias o estudante consegue assistir às aulas, enquanto em outros não o podem fazer por falta de condução. A dependência direta de um transporte, que nem sempre aparece, transforma o prosseguimento do estudo daquelas crianças em verdadeira aventura, exigindo delas um esforço sobre-humano para acompanhar o ritmo das aulas. Surge aí a evasão escolar em toda a crueza das estatísticas, desafio a ser vencido por especialistas de ensino e pelos responsáveis pela política e expansionista do setor educacional no Paraná.

Urge portanto uma tomada de posição, destinada a minimizar ou até a reverter por completo, o problema da precariedade do transporte escolar. A democratização da escola só se conseguirá efetivamente a partir do momento em que todos os estudantes tiverem acesso aos bancos escolares.

Daí a nossa intenção de implantarmos este Programa Estadual de Transporte Escolar, o qual deveria ser, em princípio, articulado em conjunto com as Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, em convênio com as Prefeituras Municipais.

Solicitamos portanto aos nobres Pares o necessário apoio a esta proposição, para que se altas diretrizes do Governo José Richa continuem prestando e ampliando os serviços destinados ao processo educacional.

A juventude do Paraná, futuro do Estado no amanhã, não pode continuar na dependência da inexistência de meios materiais que lhe permitem acesso à formação. Tenho a certeza de que este Programa Estadual de Transporte Escolar encontrará todo o apoio por parte da comunidade paranaense em geral. A EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a oradora inscrita, Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A anistia decretada pelo Governo anterior no ano de 1979, não atendeu a vontade popular nem corrigiu as injustiças cometidas no passado pelo regime de exceção vigente.

Os brasileiros cassados, demitidos de seus empregos por perseguição política, não foram na sua totalidade reconduzidos aos seus empregos nem indenizados devidamente, na forma da lei, por sofrerem maus tratos, torturas e assassinatos. Por tudo isso, foi fundada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul a "AMPLA" - Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, com o objetivo de defender os direitos de todos os injustiçados pela anistia estrita de 1979, tanto para civis como para militares.

Senhores Deputados, na qualidade de presidente da Comissão dos Direitos Humanos desta Casa, não poderia deixar de externar meu apoio ao trabalho da "AMPLA", consultando hoje todos os nobres Deputados membros da nossa Comissão para participarem de estudos para encontrar formas de intervenções no sentido de prestar solidariedade aos excluídos da anistia de 1979, para que todos esses brasileiros, civis e militares, sejam atendidos nos conformes da lei.

É necessário que os funcionários públicos demitidos por perseguições políticas ou cassados, sejam reconduzidos aos seus empregos. É necessário que os militares excluídos de suas guarnições por perseguições políticas retornem às suas funções. É necessário que os familiares dos brasileiros assassinados e as vítimas de torturas seja devidamente indenizadas, de acordo com a legislação específica. Só assim a "Nova República" consolidará o espaço democrático que vem conseguindo, ao lado de outras conquistas políticas e econômicas que se fazem necessárias no respeito à dignidade humana e na conquista de melhores condições de vida para o nosso povo.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Jair Soares, o Excelentíssimo Senhor Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energias, a Petrobrás, o Banco do Brasil e o Ministério dos Transportes já concederam anistia ampla, geral e irrestrita de acordo com a vontade nacional, expressa na criação de milhares de comitês nos anos de 1978 e 1979 - aos brasileiros cassados e perseguidos. O De-

putado Federal Jorge Uequet apresentou a Emenda n. 10, visando solucionar este problema.

Segundo a "AMPLA", mais de quinze por cento dos cassados já faleceram. "Outros estão com idade avançada e alguns se acham enfermos. Para alguns cassados a anistia ampla será por certo a última grande alegria".

Diante de todos esses fatos, Senhores Deputados, quero fazer um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa e às empresas, órgãos e instituições do Governo paranaense, que readmitam em seus quadros funcionais os ex-funcionários cassados e não beneficiados pela anistia de 1979. Da mesma forma, faço um apelo às instituições militares no sentido de reintegrar os militares cassados. Isso se faz necessário porque apenas uma minoria de cassados recorreu à justiça. A grande maioria não teve condições para mover ação judicial".

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A campanha eleitoral deste ano revela a "avant-première" do que vai ser a campanha de 1986.

O uso indiscriminado, abusivo, massacrante da máquina governamental é no mínimo ridículo para um Governo que se instalou para moralizar.

Já é possível perceber esta campanha eleitoral, dentre tantas outras, quais as razões eleitorais que levaram o Governo do Paraná a comprar, na atual administração, três aviões para servir o Governador e os Senhores Secretários de Estado.

Ontem, conversava com companheiros de Foz do Iguaçu que denunciaram, com todas as letras, o acampamento semanal do Governador do Paraná naquele município. É o Governador, são os Secretários de Estado, são Lideranças do PMDB, viajando em aviões oficiais pagos pelo povo paranaense; gente se hospedando em hotéis cinco estrelas, comendo e bebendo do melhor, às custas do dinheiro público.

Estamos fazendo, neste momento, não propriamente uma denúncia, porque o Paraná já tomou conhecimento dos descabros do Governo do PMDB, mas queremos inserir, queremos escrever nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, sobre esta terrível imoralidade do Governo peemedebista.

Todos os dias os paranaenses tomam conhecimento desta utilização desbragada da máquina governamental. Não é só na eleição de Curitiba, não. Isto está acontecendo

nos municípios do Oeste e do Sudoeste do nosso Estado onde, desesperadamente, aflitadamente, o PMDB despeja tudo o que pode, o que tem e o que não tem, mas que vai buscar no bolso dos outros, para ganhar o pleito deste ano de 1985.

Imagino o que vai acontecer neste Paraná quando estiver em jogo a Assembléia Nacional Constituinte. Quando no jogo eleitoral estiver a disputa pelo Governo do Estado. Quando estiverem em disputa duas cadeiras no Senado da República. O que se vai fazer deste Estado para garantir uma eleição? E isto acontece logo no Governo do PMDB. A Democracia dos farsantes que disseram uma coisa nos palanques e que procedem de uma forma completamente diferente quando assumem o Poder, em todos os níveis, violentando a vontade pública, manipulando consciências.

O PMDB informou ao Tribunal Regional Eleitoral que gastaria, na sua campanha de Curitiba, três bilhões de cruzeiros. Os jornais de hoje anunciam que só na gravação e distribuição de um disco com a conversa eleitoral do Governador José Richa, o Governador gastou sete bilhões de cruzeiros! Dinheiro que seguramente não sai do Partido, porque não há partido político no Brasil que tenha tamanha cifra para investir numa campanha eleitoral.

É preciso que o Paraná inteiro saiba, tome conhecimento, deste descabro dos falsos moralistas do Poder nos dias de hoje.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar do "showmício", apesar dos artistas, das estrelas de primeira grandeza, a candidatura é patrocinada pelo Governo, mas com dinheiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e imprensa do meu Paraná, que deveria ser aplicado em benefício dos necessitados de nossa terra, dos homens que o PMDB, em campanha transparente, lutava e pedia para que esta gente tivesse um lugar ao sol.

Quando se vê esbanjar-se este dinheiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com um candidato digno por ser nosso colega da Assembléia e, neste momento em que o povo passa fome, em que o candidato governista diz que quer apenas os votos dos pés-de-chinelo, porque que com este dinheiro não comprem pares de sapatos para os humildes irmãos de Cristo?

Por que se esbanja? Trazem artistas para pagar não sei se dos cofres públicos-

-não sabemos de onde! Um dinheiro que vem obscuramente para se pagar bilionariamente os artistas que merecem o nosso respeito, mas que não saíram de Curitiba sem receber a sua polpuda participação no showmício do candidato do Governo.

Onde está, Senhor Presidente e Senhores Deputados, onde está imprensa do meu Paraná, aquilo que se dizia que o povo participaria do Governo?

Ainda pensamos que o Governo segue aquele adágio popular, "para o povo, pão e circo", para os filhos dos pobres, dos humildes, que o Governador José Richa devia ser o pai dos pobres e a mãe dos ricos. Como estão e como ficam, Senhor Presidente, aqueles famintos, irmãos nossos que correm em suas veias sangue como o nosso, brasileiros, que foram iludidos, que foram tapeados, e que nada têm?

Onde estão os funcionários da saúde que pleiteiam com justiça, Senhor Presidente, uma melhoria de salário? Onde estão os Deputados que pré-eleitoralmente iam aos comícios populares e diziam, Richa ou fica como está?

Dévia ter ficado como está, apesar de estar ruim, mas agora ficou pior, Senhor Presidente, porque os Deputados do PMDB não têm condições morais para defender esta barbaridade que está acontecendo no Paraná e nesta Nova República, onde a inflação de 14% campeia e nós humildes recebemos 9%.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo, da mesma forma, registrar nesta Casa, os posicionamentos e as acusações errôneas de uso da máquina administrativa por parte do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, na campanha de 15 de novembro do corrente ano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito fácil a colocação de que se esteja usando a máquina administrativa, para prestigiar candidatos do PMDB, é muito fácil e politicamente até compreensível. Entretanto, o que não se pode, é dar ares de verdade a coisas que não correspondem com a verdade dos fatos.

Acusações vazias, improcedentes, acusações que demonstram desespero pelo crescimento da campanha do PMDB, acusações que não se estribam em fatos verdadeiros, acusações que tentam denegrir a imagem de um Governo, que este sim, na concepção dos paranaenses se apresenta como um Governo sério, responsável, honesto, trabalhador,

dedicado. Vi, na tarde de hoje, nesta tribuna, mais uma denúncia improcedente do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, dizendo que semanalmente o Governador José Richa está em Foz do Iguaçu, para campanha política. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se admite a acusação leviana de fatos inverídicos, não se admite mais o Governo centralizado dentro do gabinete sem participação popular.

O PMDB veio ao Governo, exatamente porque prometeu o convívio com o povo paranaense. A discussão aberta e franca com os segmentos da sociedade em seus municípios, porque prometeu sair dos gabinetes para ouvir as reclamações populares e as colocações de que o Governo tenha viajado para fazer política, não condizem com a realidade, até porque não se iniciou agora após o pleito eleitoral.

Todas microrregiões do Paraná, antes do pleito eleitoral, tiveram a visita constante do Governador José Richa e dos Secretários de Estado, discutindo abertamente com os Prefeitos de microrregião, com a sociedade organizada, com os homens daquela região, independente de partidos políticos, a direção que daria ao seu Governo.

Acusações como esta estampada no jornal do "Estado do Paraná", que dizem o Governo estar usando a máquina administrativa, em manchete, porque um carro da COPEL está fazendo a ligação de caixas de som e aparelhos para um comício, para um show na boca maldita.

Quem não sabe, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a COPEL instala para qualquer partido político que venha requerer a ligação de aparelhos de som, de caixas acústicas, de amplificadores na sua rede elétrica, até porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria temeroso que qualquer leigo viesse mexer com fios de alta tensão para ligação de aparelhos de som para um comício.

Dissemos e continuamos dizendo, qualquer partido político que venha requerer da COPEL a instalação de aparelhos de som para um comício, a COPEL está pronta para fazê-la.

Não representa máquina governamental, é um exercício que é obrigação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que em tantas e tantas vezes já instalou, para quem quer que seja, quando solicitado, os aparelhos para que se possa fazer um pronunciamento político ou um pronunciamento de qualquer sociedade. Improcedente a denúncia da máquina administrativa, porque na verdade temos um Governo transparente, porque na verdade temos um Governo sério, porque, na verdade, nos basta a força dos nossos candidatos e a força do nosso Paraná

tido para ganharmos a eleição, e a prova está a mostra, na grande caminhada do PMDB, que haverá de chegar às urnas, no dia 15 de novembro, com a vitória do nosso Partido em todos os municípios onde estamos disputando eleições.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Jogar pedras no vizinho, somente duas condições permitem tal posição. A primeira, não ter telhado de vidro, e, a segunda, ter um passado político sem manchas ou controvérsias.

Na presente campanha eleitoral para o cargo de Prefeito de Curitiba, muitas coisas têm sido apontadas como erro ou omissão, como retrocesso político e uma grande variedade que adentram no campo da verdade e da mentira. Porém, uma afirmação de profundo cunho moralista, foi divulgada pelo Deputado Belinati no espaço gratuito do TRE destinado ao PDT de Brizola e Ney Braga.

Dentro do mais requintado esquema sensacionalista, o nobre Líder do PDT, diga-se de passagem, Líder de si mesmo, pois não existe bancada deste partido nesta Casa Legislativa, ligando para um número que diz da Secretaria de Justiça, pergunta por um funcionário, pelo seu horário de trabalho e se ele pode ser encontrado no escritório eleitoral do candidato Requião naquele horário. Depois disso, fez um verdadeiro carnaval perante às câmeras de televisão, tentando, com tal fato, justificar a sua denúncia quanto à utilização da chamada máquina administrativa na campanha eleitoral.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos examinar a figura do nosso nobre Deputado Belinati, deputado agora, mas antes, Prefeito de Londrina. Não vou aqui promover voltas ao passado, dizer que ele como Prefeito fez isso ou aquilo para beneficiar seu irmão na postulação à Câmara Federal. Não, o passado fica na memória de quem praticou os atos danosos, fica no registro do pensamento de quem mal versou os bens públicos. Vamos unicamente analisar o presente.

O nobre Deputado Líder do PDT, líder por obra e graça de seu ímpeto, pois é líder e pela maioria dos votos de sua bancada aqui cabe lembrar que a Bancada do PDT só tem um único representante, brigou e muito por sua representação. Hoje, anda e faz comícios com o carro da Liderança, com

o motorista da Liderança, com a gasolina da Liderança. O nobre Líder do PDT possui uma assessoria pessoal que custa aos cofres públicos mais de CR\$ 40.000.000 (QUARENTA MILHÕES) mensalmente. Todo este esquema estrutural em prol da campanha de Jaime Lerner. Portanto, cabe uma pergunta muito simplista: Essa utilização que Vossa Excelência está promovendo é moral, Deputado Belinati? Com este comportamento se considera em condições de atacar quem quer que seja? Como falar em moralidade, Senhor Líder do PDT? Vossa Excelência tem todo o direito de representar sua farsa, de defender seus interesses partidários, e pessoais, mas não possui a mínima postura moral para vir atacar a administração do PMDB neste nível que vem atuando. Entrou Vossa Excelência no campo pessoal, acusando o Governador José Richa de utilizar os meios do Estado em uma campanha eleitoral, coisa que não iremos admitir em qualquer hipótese. Se esta sua atitude não é leviana, faça como fez o Líder do PDS com relação aos empréstimos externos: entre na justiça, apure os fatos, vá fundo na questão, mas antes abra mão de sua liderança de si mesmo, abra mão das benesses de uma posição que não tem nem direito nem competência para exercer, para depois, então, pretender fazer acusações. Siga o exemplo de outros opositores como já citamos, mas o faça dentro de uma coerência política e moral.

Qual a moral que o seu partido e Vossa Excelência possuem para fazerem acusações como as que tem feito?

Telhado de vidro. E vidro dos mais finos, Deputado Belinati, Líder de si mesmo, líder de um partido que tem dono, do caudilho double de Governador que pretende ser Presidente da República às custas da boa fé dos cariocas, paranaenses e gaúchos.

Para que se possa ter uma idéia, domingo próximo passado, o caudilho-governador, durante o horário do TRE no Rio de Janeiro, promovia várias acusações aos demais candidatos. Mas na hora em que acusava o Rubens Medina, candidato do PFL, disse com suas palavras em um misto de gaúcho com alemão socialista, que o povo da Guanabara tomasse cuidado porque "Medina era egresso do PDS, do Partido dos milicos que mantiveram o Brasil, durante quase vinte anos, em uma ditadura cruel". E frisava, respeitosamente, em bom tom: "Ele vem do PDS, meus concidadãos".

Veja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como este caudilho é demagogo. No Rio ataca o PDS e PFL. Em Curitiba, defende o PFL e seu candidato foi Prefeito de dois governos da revolução e do PDS. Em Mato Grosso faz aliança com o Governador local, o maior pedessista da história, e notório malufista. Onde anda a coerência

do Senhor Brizola? Tavez junto com a de seu líder entre aspas na Assembléia Legislativa do Paraná.

E tem mais, no noticiário de 30 de setembro, segunda-feira passada, a "Tribuna da Imprensa", publica uma coluna na qual se assoma o Título "RIO FINANCIA PDT-PARANÁ"; nesta coluna o jornalista Sebastião Nery analisa determinados documentos do Tribunal de Contas, local no qual é exigido do governo do caudilho-governador explicações sobre o contrato entre JAIME LERNER, o BD-RIO e o BANERJ, mas para que todos possam tomar ciência, passarei a ler o seu inteiro teor. (Lê):

"RIO FINANCIA PDT-PARANÁ"

Um amigo do Tribunal de Contas do Estado escreveu e me mandou uma história. Publico-a porque é mais um capítulo desta escabrosa novela de corrupção, comissões e caixinha que é o Governo Brizola. Ele está metendo a mão no dinheiro do Rio para financiar os candidatos do PDT em todo o País, e assim preparar sua campanha à Presidência da República, paga, desde agora, pelo povo do Rio.

1.- "O Tribunal de Contas do Estado do Rio está aguardando, há quase um ano, o resultado da diligência que apura a validade do contrato assinado entre o escritório do empresário Jaime Lerner, o BD-RIO e o Banerj, no valor de CR\$ 2.195 ORTNs mensais (cerca de CR\$ 117,2 milhões por mês). O relator do TC, Heitor Schiller, baixou o processo em diligência por entender que o contrato trilateral contraria o artigo 2.º da Lei 6423 de 17.06.77; que proíbe reajuste com base em ORTN em contratos de prestação de serviço.

2.- Heitor Schiller arguiu, ainda, a consultoria sobre a contratação de um volume tão elevado de recursos sem licitação. Ex-Secretário de Finanças do Estado do Rio, Schiller observa que "há muita coisa de errado nisso tudo", Jaime Lerner, está em campanha para a Prefeitura de Curitiba pelo PDT, pouco vem ao Rio de Janeiro, onde há 70 pessoas trabalhando com ele. Só que apenas quatro vieram da capital paranaense e as despesas com as demais correm por conta do Governo do Estado, que recrutou para essa assessoria funcionários de diversas Secretarias.

3.- Confirmada a irregularidade, Schiller disse que o TC poderá determinar imediatamente que o contrato se desfaça, o que poderá reverter em lucro para o Estado, já que o projeto Rio Ano 2000 não deverá ser concluído até o fim da Administração Leonel Brizola. Segundo assessores de Lerner, pouco se fez até agora porque "faltaram decisões políticas e definição de recursos". Numa segunda etapa, o Tribunal de Contas poderá solicitar apuração de

responsabilidades e pedir ao Ministério Público que promova uma ação de ressarcimento pelos indiciados como responsáveis, que estarão ainda obrigados ao pagamento de multas que variam de 0,5 a 500 Uferjs, que valem cada uma hoje, Cr\$ 40 mil.

4.- Schiller deixa claro que todas as decisões serão tomadas em plenário no Tribunal, o que deverá acontecer a partir de novembro, quando ele retornar de férias ao TC. Mas, ninguém desconhece as desavenças dentro do Governo, desde a entrada do secretário Brandão Monteiro, que não vem acatando as decisões da equipe de Lerner. Em entrevista concedida na semana passada, as informações de técnicos do escritório Jaime Lerner não coincidiram com a do secretário que tem outra visão do "metrô de superfície", que o técnico paranaense propôs para o Rio. "Já foram feitas três propostas e, não se chegou a conclusão alguma"- disseram.

5.- Brandão admitiu serem procedentes as dúvidas do conselheiro do Tribunal de Contas, informando que o processo estava em exame. Além disso, existe outro problema: as empresas se negam a acatar a idéia de ônibus articulados, o que exigirá investimentos na compra de novas frotas. Essa proposta de Lerner para melhorar o trânsito do Rio significava substituir apenas 5 por cento dos 8 mil ônibus na frota.

6.- As desavenças do arquiteto, que há mais de um mês vem ao Rio, não param aí. Para melhorar o trânsito na área da Praça XV, uma das mais congestionadas do Rio, projetaram fechar a Rua Alfredo Agache, tida entre as mais tradicionais da Cidade. Houve protestos do Sindicato de Empresas de Transportes de Passageiros, que temia um aumento dos engarrafamentos. Com isso, a receita de Lerner para humanizar a Cidade vai continuar no papel e a um custo de muitos milhões de cruzeiros para o Estado.

7.- Acostumado aos aplausos dos paranaenses (embora isso não ocorra tanto agora, com as pressões dos peemedevistas que apoiam Roberto Reguão), Lerner poderá não sair impune do Rio, onde poderá sofrer sua segunda decepção. Em 1975, quando coordenou a equipe do então Governador Faria Lima, responsável pela Região Metropolitana do Grande Rio, Lerner foi demitido por desencontros administrativos. Nem o Plano integrado de Transportes foi implantado.

E é assim que o Governo mais corrupto da história do Rio financia, com dinheiro do Estado, o candidato do governador à prefeitura de Curitiba. Isso está acontecendo em todas as capitais onde o PDT tem candidatos. Não é o PDT, é o PDTERJ. É o PDT-BANERJ. É a corrupção-Brizola em escala nacional".

Como percebemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de forma cristalina e incontestável, a corrupção eleitoral não está no Paraná e sim no Rio de Janeiro, e, justamente, na cidade que tem por dirigente o caudilho double de governador e dono do PDT. E vejamos bem que os indícios não são provenientes de fontes políticas ou particulares.

Muito pelo contrário, são levantamentos e contestações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Aí está o fundo de caixa da campanha do Senhor Jaime Lerner aumentado a maior pelas verbas da Liderança do PDT jogadas inteiramente na campanha pedetista. Os funcionários da Liderança do PDT estão adidos nos escritórios eleitorais do traidor do PDS que se chama Jaime Lerner, do mesmo Lerner anti cristão, que começou a pregar em sua campanha em falso civilismo para agora estar praticando os mesmos atos que antes condenara em seus adversários.

Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao subir nesta tribuna, não tinha só a intenção de promover essas denúncias. Gostaria de encaminhar um requerimento à mesa, no qual indago em que postulado legal ou regimental foi determinado ao PDT as regalias de partido, com representação parlamentar, de vez que somente um deputado compõe a sua representação.

Se isso faço, é baseado no Ato n. 70 da Mesa da Câmara Federal, que diz o seguinte: (Lê):

ATO DA MESA N. 70, de 1985

1) CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional n. 25 e a Lei n. 7.332, de 1.º de julho de 1985, permitiram a livre criação de Partidos Políticos;

2) CONSIDERANDO que Deputados Federais filiaram-se a novos Partidos Políticos;

3) CONSIDERANDO que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados dispõe:

"Art. 8.º - Os Deputados são agrupados por suas legendas partidárias, cabendo-lhes escolher um Líder, que ocasionalmente pode ser substituído por Vice-Líder.

§ 1.º - Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um por oito Deputados, ou fração, que constituam a representação partidária.

§ 2.º - As representações partidárias deverão indicar os seus Líderes à Mesa, no dia seguinte à eleição, em documento assinado pela maioria absoluta dos Deputados que as integram.

Art. 9.º - É da competência do Líder de Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar à Mesa os Membros de sua bancada para compor as Comissões da Câmara, ou, de qualquer forma,

para representar a Casa".

4) CONSIDERANDO, consoante ordenam os artigos 21, 24 e 25 do Regimento Interno, que a organização das Comissões, fundamentais à elaboração legislativa, baseia-se na pluralidade de representantes de cada Partido, inclusive para que tenham número de integrantes compatível com a exequibilidade de seu funcionamento;

5) CONSIDERANDO que a criação de novos partidos impõe, para que haja correspondente estrutura física e funcional na Câmara dos Deputados, que o reconhecimento de suas respectivas representações se coadune com a necessidade dos mandatos eletivos assegurem o responsável desempenho do Poder Legislativo, para que não seja vulnerável à inoperância ou crie embaraços injustos e reprováveis para tomar decisões, inclusive em matéria de natureza urgente.

6) CONSIDERANDO a experiência substanciada nos Regimentos Internos, em Países democráticos e no Brasil, até 1964, para disciplina dos trabalhos legislativos compatibilizado com o regime pluripartidário;

7) CONSIDERANDO que a Presidência constituiu Comissão Interpartidária, presidida pelo 1.º Vice-Presidente, Deputado Humberto Souto, para promover a reforma geral do Regimento Interno, pois sua estrutura regulou a elaboração legislativa com base no sistema bipartidário;

8) CONSIDERANDO a nova realidade partidária existente no País, a Mesa RESOLVE:

Art. 1.º - Incumbir a Comissão Interpartidária, presidida pelo 1.º Vice-Presidente, Deputado Humberto Souto, em caráter preferencial, de formular as alterações que devem ser introduzidas no Regimento Interno, no Capítulo referente aos Líderes, para ajustá-lo à criação de novos Partidos. Com base na proposta da Comissão Interpartidária, a Mesa apresentará Projeto de Resolução, para urgente decisão pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Art. 2.º - Enquanto não for aprovada a Resolução mencionada no art. 1.º, o grupo dos Partidos Políticos, que decidam constituí-lo, e que possua representação mínima de seis deputados, terá as seguintes prerrogativas:

1) Usar da palavra, por 3 minutos, no período destinado a comunicações de liderança (art. 10, II, do RI);

2) Usar da palavra durante o período da Ordem do Dia, duas vezes por mês, durante 30 minutos cada vez (art. 10, IV, do RI);

3) Usar da palavra nas matérias em regime de urgência, sendo 10 minutos na discussão e 5 minutos no encaminhamento da votação (arts. 167, § 1.º e 186,

§§ 1.º e 2.º do RI);

4) Usar da palavra ao término da exposição de Ministro de Estado por dez minutos (art.270, § 8.º do RI).

Parágrafo Único- A decisão de ser formado o Grupo de Partidos Políticos será comunicada à Mesa, com relação dos respectivos integrantes.

Com fundamento nos artigos 1.º, parágrafo único, 3.º e 6.º, da Resolução n. 17, de 1985, que atribuiu à Mesa fixar a lotação dos Gabinetes dos Líderes, até a aprovação da Resolução referida no art. 1.º, os Partidos Políticos poderão dispor da seguinte lotação:

Um Secretário Particular

Um Oficial de Gabinete

Um Auxiliar

Um Ajudante "B".

Art.3.º- Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 08 de agosto de 1985.

(a) Deputado ULYSSES GUIMARÃES

Presidente da Câmara dos Deputados

Como percebe, a Câmara Federal, por falta de um dispositivo sobre a matéria, baixou ato normativo, até que se proceda as competentes alterações no Regimento Interno. Por outro lado, nosso Regimento Interno, também não contém dispositivo normativo quanto ao misver.

Portanto, que se proceda as normas adotadas na Câmara Federal também em nosso Parlamento, dado a similitude de funções e o princípio da supremacia dos ditames federais sobre os estaduais na ausência de dispositivo legal regulador.

E para encerrar, gostaria de recomendar ao nobre Líder entre aspas do PDT, que o direito da palavra no Parlamentar é supremo e inatingível, mesmo quando adentra no campo pessoal, apesar dos dispositivos constitucionais em seu Art. 12.

Mas, em campanha eleitoral, a responsabilidade das afirmações não estão acobertadas pelas imunidades parlamentares, e, portanto, passíveis de responsabilidades civis e criminais. Daqui para frente o que acusar e não provar, tenha certeza Deputado Líder de si mesmo, fora do âmbito deste Parlamento, saberemos reagir à altura que a lei nos permitir, mas tenho por certeza que despojado das regalias desta Liderança fajuta, não terá fôlego nem platéia no circo que armou em volta de seu nome e de seu partido".

Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr.Gabriel Manoel- Deputado, agradeço a Vossa Excelência, mas Vossa Excelência peca, nobre Deputado, ao dizer que os componentes da Comissão Executiva não têm

capacidade nem competência porque dão a Liderança a quem não tem direito. Vossa Excelência fala em democracia, Vossa Excelência fala num meridiano total de uma democracia participativa. Como pode Vossa Excelência ter dois pesos e duas medidas, Deputado. Ou Vossa Excelência quer dar um diploma de falta de conhecimento para o Presidente desta Casa, para o Senhor Secretário, para os componentes desse desastre que fora o PMDB. Como Vossa Excelência fala e ataca um homem que está lutando. Ele pode ser líder dele mesmo, mas a sua liderança é inconteste, que se assim não for Deputado Manfrinato, não teríamos democracia. Ao invés de Vossa Excelência vir fazer essas demonstrações demagógicas, diga ao seu Líder, que o oriente, diga a quem bateu seu discurso, que Vossa Excelência está ferindo os princípios democráticos de um Poder Legislativo.

O Deputado Antonio Belinati é Líder de um Partido, e como tal tem as regalias que têm os Líderes do PDS, da Frente Liberal e do Partido de Vossa Excelência.

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência acha isso justo.

O Sr.Gabriel Manoel- Não sei se é justo.

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está defendendo.

O Sr.Gabriel Manoel- Vossa Excelência me deu o parte, quer me cassar o aparte, ou tem medo da verdade?

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Não. Concedo-lhe. Não sou como Vossa Excelência que me nega o direito. Está com a palavra.

O Sr.Gabriel Manoel- Vossa Excelência está bitolado, apaixonado por uma causa perdida. Vossa Excelência não tinha o direito de atacar uma Liderança autêntica, a não ser que queira desmoralizar esta Casa Legislativa. Porque Vossa Excelência não tem o direito de discordar da Comissão Executiva e do Regimento Interno de nossa Assembléia. Belinati é Líder do PDT, um partido legalmente formado neste País, e Vossa Excelência talvez por falta de conhecimento, talvez por falta de orientação de quem bateu seu discurso, Vossa Excelência me permita...

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Deputado, Vossa Excelência me pediu o aparte e eu lhe dei, agora Vossa Excelência está fazendo um pronunciamento para ele.

O Sr.Gabriel Manoel- Paralelo porque Vossa Excelência não conhece o que está falando. Se Belinati não tem direito, não

tem direito o nosso Líder, o Líder do PDS e o Líder de Vossa Excelência, porque isso aqui é uma casa do povo, não é uma casa do Governador José Richa.

O SR.DIRCEU MANFRINATO- Agradeço a interferência de Vossa Excelência, nobre Deputado, e refresco a sua memória mais uma vez. A política ela tem as suas surpresas e novidades. Quando entrei neste Parlamento, Vossa Excelência andava desesperado pelos corredores porque Belinati tentava tomar sua vaga. E hoje Vossa Excelência, nobre Deputado, vem defender o Deputado Belinati.

O Sr. Gabriel Manoel- Senhor Presidente, pela ordem.

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Quero afirmar ainda, Deputado....

Solicito, Senhor Presidente, que me assegure a palavra.

O Sr.Gabriel Manoel- Senhor Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, pela ordem.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Pela Ordem, a palavra está com o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr.Gabriel Manoel- Eu só queria dizer que o meu problema pessoal não deve ser exposto à execração pública.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa solicita ao Senhor que invoque qual o dispositivo regimental.

O Sr.Gabriel Manoel- 153- Senhor Presidente. Eu sou atacado e Vossa Excelência quer dispositivo, Senhor Presidente? Vossa Excelência que é Presidente do PMDB, me cassa a palavra, não tem nada a minha quizila com Belinati. Tem a justiça.

O SR.DIRCEU MANFRINATO - Concedo o aparte ao Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Márcio Almeida- Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência fez menção à publicação do jornal do Rio de Janeiro "Tribuna da Imprensa" de um documento que julgo ser muito importante, e portanto, deva constar da íntegra do seu pronunciamento. Eu tomaria a liberdade, caso Vossa Excelência concorde, de fazer uma rápida leitura para que todos os Deputados presentes possam tomar conhecimento do seu inteiro teor:

RIO FINANCIA PDT-PARANÁ

"É um artigo de autoria do conhecido

jornalista e Deputado Sebastião Nery. Diz ele: (Lê):

"RIO FINANCIA PDT-PARANÁ"

Um amigo do Tribunal de Contas do Estado escreveu e me mandou uma história. Publico-a porque é mais um capítulo desta escabrosa novela de corrupção, comissões e caixinha que é o Governo Brizola. Ele está metendo a mão no dinheiro do Rio para financiar os candidatos do PDT em todo o País, e assim preparar sua campanha à Presidência da República, paga, desde agora, pelo povo do Rio.

1.- "O Tribunal de Contas do Estado do Rio está aguardando, há quase um ano, o resultado da diligência que apura a validade do contrato assinado entre o escritório do empresário Jayme Lerner, o BD-RIO e O Banerj, no valor de CR\$ 2.195 ORTNs mensais (cerca de CR\$ 117,2 milhões por mês). O relator do TC, Heitor Schiller, baixou o processo em diligência por entender que o contrato trilateral contraria o artigo 2º da Lei 6423 de 17.06.77, que proíbe reajuste com base em ORTN em contratos de prestação de serviço.

2.- Heitor Schiller arguiu, ainda, a consultoria sobre a contratação de um volume tão elevado de recursos sem licitação. Ex-Secretário de Finanças do Estado do Rio, Schiller observa que "há muita coisa de errado nisso tudo", Jaime Lerner, está em campanha para a Prefeitura de Curitiba pelo PDT, pouco vem ao Rio de Janeiro, onde há 70 pessoas trabalhando com ele. Só que apenas quatro vieram da capital paranaense e as despesas com as demais correm por conta do Governo do Estado, que recrutou para essa assessoria funcionários de diversas Secretarias.

3.- Confirmada a irregularidade, Schiller disse que o TC poderá determinar imediatamente que o contrato se desfça, o que poderá reverter em lucro para o Estado, já que o projeto Rio Ano 2000 não deverá ser concluído até o fim da Administração Leonel Brizola. Segundo assessores de Lerner, pouco se fez até agora porque "faltaram decisões políticas e definição de recursos". Numa segunda etapa, o Tribunal de Contas poderá solicitar apuração de responsabilidades e pedir ao Ministério Público que promova uma ação de ressarcimento pelos indiciados como responsáveis, que estarão anda obrigados ao pagamento de multas que variam de 0,5 a 500 Uferjs, que valem cada uma hoje, CR\$ 40 mil.

4.- Schiller deixa claro que todas as decisões serão tomadas em plenário no Tribunal, o que deverá acontecer a partir de novembro, quando ele retornar de férias ao TC. Mas, ninguém desconhece as desavenças dentro do Governo, desde a entrada do secretário Brandão Monteiro, que não vem

acatando as decisões da equipe de Lerner. Em entrevista concedida na semana passada, as informações de técnicos do escritório Jaime Lerner não coincidiram com a do secretário que tem outra visão do "metrô de superfície", que o técnico paranaense propôs para o Rio. "Já foram feitas três propostas e, não se chegou a conclusão alguma" - disseram.

5.- Brandão admitiu serem procedentes as dúvidas do conselheiro do Tribunal de Contas, informando que o processo estava em exame. Além disso, existe outro problema: as empresas se negam a acatar a idéia de ônibus articulados, o que exigirá investimentos na compra de novas frotas. Essa proposta de Lerner para melhorar o trânsito do Rio significava substituir apenas 5 por cento dos 8 mil ônibus na frota.

6.- As desavenças do arquiteto, que há mais de um mês não vem ao Rio, não param aí. Para melhorar o trânsito na área da Praça 15, uma das mais congestionadas do Rio, projetaram fechar a Rua Alfredo Agache, tida entre as mais tradicionais da Cidade. Houve protestos do Sindicato de Empresas de Transportes de Passageiros, que temia um aumento dos engarrafamentos. Com isso, a receita de Lerner para humanizar a Cidade vai continuar no papel e a um custo de muitos milhões de cruzeiros para o Estado.

7.- Acostumado aos aplausos dos paranaenses (embora isso não ocorra tanto agora, com as pressões dos peemedebistas que apoiam Roberto Requião), Lerner poderá não sair impune do Rio, onde poderá sofrer sua segunda decepção. Em 1975, quando coordenou a equipe do então Governador Faria Lima, responsável pela Região Metropolitana do Grande Rio, Lerner foi demitido por desencontros administrativos. Nem o Plano integrado de Transportes foi implantado."

E é assim que o Governo mais corrupto da história do Rio financia, com dinheiro do Estado, o candidato do governador à prefeitura de Curitiba. Isso está acontecendo em todas as capitais onde o PDT tem candidatos. Não é o PDT, é o PDTERJ. É o PDT-BANERJ. É a corrupção-Brizola em escala nacional."

Esse, nobre Deputado Dirceu Manfrinato, é o teor desse artigo que traz, na verdade, e com comprovações a nível de Tribunal de Contas, e que retratam qual é na verdade o Governo Estadual que vem utilizando a estrutura administrativa na campanha eleitoral deste ano.

Entendemos que o seu pronunciamento nesta tarde é da maior importância, pois procura aqui na Assembléia Legislativa, local em que se deve debater essas questões sem prejuízo também dos outros espaços que existam, mas trazer ao conhecimen-

to dos integrantes desta Casa a análise que Vossa Excelência acabou de proferir, serve como um dado de recuperar na memória um passado que os paranaenses e os curitibanos não querem mais ver no futuro.

Parabenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento, esperando que com essa leitura que seja inserida no seu pronunciamento, possa com isso estar contribuindo para o esclarecimento que o povo de Curitiba a cada dia que passa da campanha eleitoral, sem dúvida nenhuma vem tomando consciência como demonstra muito bem os dados de pesquisa e o sentimento já notório perante a opinião pública da vitória da candidatura Requião-Adhail, no próximo dia 15.

Agradeço o seu aparte e a gentileza.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu é que agradeço, e gostaria Senhor Deputado, de dizer que o Paraná conhece e o Brasil também conhece quem é a figura do Governador José Richa. Um homem respaldado pela popularidade; um homem que iniciou a sua vida pública, sendo reconhecido no Paraná pela sua integridade e pela sua honestidade. Não poderíamos nos omitir através da tribuna da Assembléia Legislativa, de dizer ao povo do Paraná que essas calúnias são injustiças que se fazem; elas são feitas por homens que estão à porta do desespero; são os homens que sentem a derrota e saíram com o seu carro a 220 por hora na certeza da vitória, e hoje o potencial desse carro é apenas 20 por hora. E Requião-Adhail, e o PMDB do Paraná já está a 360 por hora. Porque o povo de Curitiba, um povo politizado, que tem a sua consciência tranqüila, e sabe perfeitamente que Requião será uma somatória com o Governo do Paraná, para o desenvolvimento desta capital.

Nós temos certeza desta grande vitória. Nós haveremos de estar sempre atentos para dar as respostas àqueles que no desespero condenam injustamente!

É isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados que trazemos nesta tarde: esta denúncia. Quero lembrar ainda ao Líder do PDT, Deputado Antônio Belinati: eu o conheci, em 1970, quando Deputado Estadual e quando Vossa Excelência criticava o ex-Governador Haroldo Leon Peres, criticava os seus atos e, depois disso tudo, Vossa Excelência volta a apoiar um candidato que foi colocado na Prefeitura, pelo então Haroldo Leon Peres!

Aí estão os fatos, acareados, e povo será o juiz para julgar aqueles que dizem que transmitem, e que falam a verdade à nossa comunidade!

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Ho-

rário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de abordar o assunto que me trouxe à tribuna, eu gostaria de lembrar um conceito que era muito usado principalmente pela imprensa aqui no Brasil, há umas duas ou três décadas atrás.

Naquela oportunidade falava-se que, "o que era bom para os Estados Unidos, teria necessariamente que ser bom para o Brasil"; hoje, esse conceito inverteu-se, "o que é bom para os Estados Unidos, não é necessariamente bom para o Brasil".

Eu faço essa digressão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para comentar as palavras do nobre Deputado Dirceu Manfrinato proferidas há poucos instantes em que ele avoca uma resolução da Mesa do Congresso Nacional, com respeito a lideranças partidárias para, sugerir a esta mesa ou então cobrar desta Mesa que dirige os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, idênticas providências. Então eu repito, Senhor Presidente e Senhores Deputados: o que é bom para o Congresso Nacional, não é necessariamente bom para as Assembléias Estaduais. Cada Assembléia deve ter a sua personalidade própria, deve ter o seu estilo administrativo porque isto é uma Federação, Senhor Presidente, a Nova República é uma Federação, um sistema Federativo. Não precisamos seguir "pari passu", aquilo que o Congresso Nacional faz. Não quero entrar no mérito do número de Deputados que compõem um partido, para que a Mesa da Casa dê a esse partido, condições de funcionamento, porque Democracia pressupõe partidos fortes, partidos representativos, e se a emenda n. 25 proporcionou a criação de quantos partidos quantos se possam formar, pela população brasileira, não é justo que se criem obstáculos à formação desses partidos, pois só assim podemos ingressar na democracia plena, quando tivermos partidos representativos, partidos que efetivamente representem a média da opinião pública nacional.

Por isso, eu não estou favorável a essa tese de que o partido deve ter tantos Deputados aqui, para receber o apoio administrativo da Mesa. Porque o Deputado, ele não representa a si próprio. Ele representa, na Liderança do Partido, um partido político que tem tantos e tantos membros inscritos, mas às vezes manda para esta Casa, apenas um representante ou às vezes nenhum, como foi no caso do Partido Trabalhista Brasileiro, nas últimas eleições, que com tantos nomes expressivos, não conseguiu coeficiente eleitoral para a eleição de um único membro. Portanto, Senhor Presidente, queria deixar consignado

nesta tarde, nesta Casa e nos Anais, que a Mesa não pode cercear o funcionamento de um partido por menor que seja sua representação numérica.

Temos verificado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a opinião pública nacional se escandaliza e tem se escandalizado com as constantes fraudes na Previdência Social, cujo montante é estimado, hoje, em sete trilhões de cruzeiros e, cresce sempre. Na medida em que novos saques ao dinheiro do trabalhador são descobertos em vários pontos do País sem que um tostão sequer tenha retornado aos cofres previdenciários. Temos verificado um oba-oba por todo esse país aí. processo indicia fulano, indicia beltrano, mas o trabalhador não recebe o seu dinheiro de volta.

E não é menor, Senhor Presidente, que esse montante de sete trilhões, o total de contribuições sonegadas por empresas, por clubes e até por municípios à Previdência Social, num verdadeiro crime de apropriação indébita. Visto que as importâncias correspondentes à responsabilidade do trabalhador são descontadas em folha. O mal pago trabalhador brasileiro cuja remuneração mínima é de cinquenta dólares mensais. Envergonhava, como bem disse o Presidente Sarney na ONU. É um constante espoliado no seu patrimônio previdenciário e não recebe da Previdência Social uma contrapartida justa de amparo, nas horas em que mais necessita de socorro: quando está doente, quando sofre.

Através de um memorial, Senhor Presidente e Senhores Deputados, assinado pelos médicos anestesiológicos de Curitiba, Carlos Henrique Jacó, José Antônio Grissoli, João Farah e Eduardo Alves de Toledo, foi trazido ao nosso conhecimento uma circunstância incrível, incrível e desoladora. Os médicos anestesistas estão cobrando honorário de pacientes pobres, internados em enfermaria, mesmo sendo segurados do INAMPS. Que descumpra assim a sua obrigação legal de assegurar assistência médica-hospitalar gratuita a seus contribuintes. E essa conbrança quero fazer nesta tarde ao PMDB, que, canta loas, hoje está sob a responsabilidade do PMDB. O Delegado do INAMPS aqui no Paraná, tem permitido essa irregularidade e tem prometido aos segurados o reembolso quando ele sabe que é proibido por lei. Quer dizer, está enganando o segurado.

O histórico dos fatos é um libelo contra o setor médico e exemplo de dissídia da organização previdenciária. Através da Sociedade Paranaense de Anestesiologia, os médicos da especialidade deliberaram, em Assembléia, romper com o INAMPS, determinando aos seu filiados que se descredenciassem. O pretexto para o ato é a má remuneração dos procedimentos médicos de

anestesia. Evidentemente, a ação dos anestesistas não visavam os pacientes de melhores recursos, porque a legislação previdenciária autoriza a cobrança de honorários de pacientes internados em acomodações hospitalares individuais. Queriam os médicos melhor remunerar-se dos pacientes pobres - internados em enfermaria, por cujo atendimento, receberiam do INAMPS por unidades de Serviço. E passaram a cobrar desses pobres coitados a quem a legislação garante assistência - médico-hospitalar gratuita, em contrapartida, as contribuições obrigatórias sobre os seus salários.

Entratanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alguns médicos como os quatro autores do memorial que acabo de receber, não acatarem a deliberação corporativa, por entenderem desumano cobrar de pessoas pobres, e prosseguiram recebendo a parca remuneração oferecida pelo INAMPS.

Esta posição é incrível. Olha, isto é incrível.

Mas por esta posição humanitária assumida, esses médicos foram expulsos da Sociedade Paranaense de Anestesiologia. E mais: não só expulsos por serem humanos, por não quererem cobrar dos miseráveis em enfermarias do INAMPS. E mais: foram denunciados e estão sendo processados pelo Conselho Regional de Medicina por acusação de falta de ética.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, não nos cabe julgar o procedimento humano dos senhores médicos anestesistas; muito menos de sua sociedade. Cabe-nos, porém, defender aqueles que, humanitariamente, negam-se a participar da espoliação dos nossos trabalhadores. Mas do que tudo, é de nossa competência providenciar para que os órgãos públicos que administram a Previdência Social cumpram a lei e assegurem a esses trabalhadores a assistência médica gratuita. Não podemos ser omissos com as entidades de classe, sindicatos e federações, que não protestaram contra a situação gerada pelos anestesilogistas.

Nós não podemos ser omissos porque nós representamos também esse povo humilde das enfermarias; esse povo que não pode pagar, e que tem empenhado até fogão para pagar anestesia; gente que mora em barraco, para pagar anestesia. Empenha tudo o que tem. Os sindicatos calaram. O "partido do povo" está aí calado, não vi um protesto nesta Casa. Mas nós não podemos ficar calados.

Isto posto, Senhor Presidente: "O Deputado que adiante subscreve, em iniciativa que propõe, seja encampada por esta Assembleia como manifestação oficial, REQUER o envio deste pronunciamento, com os apartes que possa gerar, bem como o teor do memorial que está aqui anexo, assinado

pelos senhores médicos aos Excelentíssimos Senhor Ministro da Previdência Social, ao Senhor Superintendente do INAMPS, ao Senhor Superintendente Regional do INAMPS e aos presidentes de todas as federações de trabalhadores do Paraná".

Requer ainda, Senhor Presidente, que igual documentação seja enviada à Sociedade Paranaense de Anestesiologia, à Sociedade Brasileira de Anestesiologia, ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina, como manifestação de protesto contra omissão de socorros gratuitos a contribuintes miseráveis da Previdência Social.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me concede um aparte? (assentimento).

Senhor Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência traz à Casa um assunto, uma notícia da maior relevância. A região que eu represento nesta Casa, já por várias legislaturas, por ser composta ela de cidades pequenas e umas poucas de médio porte, não dispõe nenhuma delas de hospital maior que tenha uma Santa Casa a exemplo de Paranavaí; como tem o Hospital da Faculdade de Medicina da Universidade de Londrina, por exemplo, onde naqueles hospitais se dá atendimento a milhares de pessoas carentes que não vêm para a Capital do Estado. No nosso caso, onde os Municípios menores não têm este tipo de recurso, as pessoas, que Vossa Excelência conhece tão bem quanto eu, porque está aqui há mais tempo do que eu, procuram na Capital do Estado tratamento médico gratuito. São indigentes? Não senhor. São pessoas pobres, trabalhadores, principalmente da agricultura. São lavradores que depois de serem lá despojados de seus poucos recursos, vêm à Capital do Estado, e muitos deles procuram aqui algum amigo, alguma ajuda de qualquer pessoa, de qualquer forma; e esta ajuda, esta pessoa, uma porta que se abre, quase sempre é a do Deputado Estadual.

Temos, ao longo dos anos, aqui prestado este tipo de encaminhamento, de assistente. Algumas vezes até nos confundimos com assistente social, mas gosto de fazer este tipo de atendimento às pessoas da região que represento.

Agora, com o fato que Vossa Excelência traz ao conhecimento da Casa e é a primeira vez que escuto esta denúncia, que é séria, ela se faz oportuna, porque é preciso realmente a interferência do Instituto Nacional de Previdência, Deputado Erondy, porque o pecado maior destas pessoas que procuram os hospitais é serem pobres, mas gente que trabalha, produz e merece a atenção e o respeito de todos nós, e a atenção especial da Presidência do Brasil.

É uma vergonha que depois do paciente ter sido consultado ou atendido pelo médi-

co, marcada a cirurgia grande ou pequena, esta intervenção cirúrgica não possa ser realizada porque o anestesista não o faz sem que pague sua parte. Como é que pode esta exigência absurda?

Ainda hoje o meu funcionário, José Cândido de Oliveira veio aqui solicitar, de mim, recursos para pagar anestesista de uma pessoa que vem da cidade de Florai, para ser submetida a uma intervenção cirúrgica de pequena proporção. Mas a cirurgia não poderia ser feita sem que aquele lavrador pagasse, antecipadamente o serviço do anestesista.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência que presta um grande serviço a esta gente, carente, de fora e daqui da Capital e de todas as cidades do Brasil, porque o problema é nacional.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a Vossa Excelência, e quero consignar aqui que não discuto as razões dos médicos anestesistas. Podem até estar recebendo pouco e solicitarem o descredenciamento. O País é livre; o regime é democrático e cada um faz o que bem entende.

Agora, o que não se pode é cercear o direito de médicos humanitários continuarem recebendo aquela mísera unidade de serviço paga pelo INAMPS e atender o assistido pobre, o internado pobre, que não pode efetivamente pagar, como afirmou Vossa Excelência há pouco.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência da Mesa o Senhor Deputado Djalma de Almeida César).

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César) Continuo, perguntando à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) O Deputado Sérgio Spada vai fazer uso da palavra.

O SR. SÉRGIO SPADA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César) Consulto a Liderança do PDT se pretende fazer uso do horário. Declina. Consulto a Liderança do PFL.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Ocupará esse horário o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É o velho adágio popular. O Deputado Manfrinato se esbaldou em dizer verdades e meias inverdades.

Como pode, Senhor Presidente, um Deputado culto, letrado como o Deputado Manfrinato vir a esta Assembléia a criticar uma liderança autêntica, referendada pela Mesa? Ou ele está fora de órbita ou ele quer dar o diploma de menos competência aos seus companheiros que honestamente, sabidamente, dirigem esta Assembléia.

Como podemos pensar no partido transparente que elegeu um Governador com a égide da democracia. E o Deputado Manfrinato quer cercear um direito legítimo, quer cercear um direito que não é de si mesmo, mas é líder de um partido que por menor que seja, existe no Paraná.

Vamos voltar ao passado, Senhor Presidente, e relembremos o MDB que tinha somente nove Deputados, enquanto a ARENA tinha três ou quatro vezes a mais.

Mas, Senhor Presidente, a democracia naquele autoritarismo imperou na Assembléia e nunca procuramos como Maioria, dar diploma de incompetência para os homens dignos que levaram nosso voto, que dirigem esta Mesa da Assembléia.

O Deputado Manfrinato deveria, pelo menos, ter o cuidado de dizer ao assessor que bateu seu infeliz discurso, que respeitasse as normas de um complexo, de uma estrutura do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo, Senhor Presidente, tem que espelhar dentro de uma democracia participativa; uma democracia, Senhor Presidente, dita e redita pelos anjos da salvação do Paraná, que hoje, infelizmente, Senhor Presidente, o Deputado Manfrinato, homem culto, extrapolou de sua competência e de sua consciência. Homem que veio a esta Assembléia pela segunda vez, esqueceu-se que na vez que ele era 3.º Secretário ficou três anos com carro desta mesma Assembléia. É direito que talvez, quiçá, ele tivesse.

Nunca um seu colega foi à tribuna para refutar ou para procurar enlamear seu nome.

Senhor Deputado Manfrinato, tivemos a divergência política, mas não a divergência pessoal. E Vossa Excelência não tinha o direito de entrar no mérito, Senhor Deputado, de meu problema pessoal, porque nunca fui pedir arrego para Vossa Excelência.

Tenho Vossa Excelência na maior conta como um de meus amigos. Problema interno, problema de foro íntimo, nós não devemos penetrar, Senhor Deputado.

Se Vossa Excelência quer dar um diploma de incompetência para o seu Presidente, se Vossa Excelência que sei, talvez sem querer esteja bajulando alguém, não pode denegrir o nome desta Casa.

Antônio Belinati, Senhor Deputado, é líder do seu Partido, não líder dele mesmo. O seu Partido, Deputado Hélio Manfrinato, tem um Governador.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Só para retificar Vossa Excelência, eu sou Deputado Dirceu Manfrinato e não sou Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu não disse Hélio, eu disse Deputado Manfrinato, só.

O Sr. Dirceu Manfrinato - O Senhor está confundindo o Brizola, aí nesta coisa toda.

O SR. GABRIEL MANOEL - O Brizola é um grande Governador.
Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem que resguardar o nome desta Casa.

O Sr. Dirceu Manfrinato - O que o Senhor acha do Brizola, ilustre Deputado, já que não quer me conceder o aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Tem que resguardar, Senhor Presidente, para que um Deputado do gabarito de Vossa Excelência não queira dar diploma de burro para competentes membros que dirigem esta Casa.

Se o Deputado Belinati, Senhor Presidente, não tinha condições de ser líder, não podia estar à execração pública, de um Deputado que manda bater o seu discurso e depois não tem condições... (vozes sobrepostas).

Vossa Excelência Deputado Dirceu Manfrinato...

O Sr. Paulo Furiatti - Estou aguardando o aparte. Vossa Excelência falou que iria completar o raciocínio. Este raciocínio está quilométrico, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Quilométrico é a vovozinha. Deixe eu terminar, Senhor Deputado, Vossa Excelência tinha direito de falar com o seu presidente, o presidente do seu Partido, a Mesa do seu Partido e não vir à tribuna numa tirada demagógica, dizer que o Deputado Belinati não tem direitos.

É um direito líquido e certo de ser líder de sua bancada... (soam os tímpanos).

Presidente, ponha ordem na Casa, Presidente, ou nós estamos desmoralizados.

O Senhor Deputado Dirceu manfrinato começou a desmoralizar esta Casa, enlaameando, Senhor Presidente, dizendo que um ato errôneo da Comissão Executiva... (soam os tímpanos).

O Sr. Gilberto Carvalho - (Pela ordem) Se-

nhor Presidente, solicito que a Mesa mantenha a palavra ao orador que se encontra na tribuna, porquanto ele não está conseguindo falar, sendo interrompido constantemente, quando não concedeu o aparte.

(Assume a Presidência da Mesa o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa).

O SR. PRESIDENTE - (Edmar Luiz Costa) A Mesa concede a palavra ao Senhor Deputado que está na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu queria que Vossa Excelência descontasse, porque Vossa Excelência é Presidente da Casa e não Presidente de dois ou três homens que não pensam no PMDB.

Homens que não têm gabarito; homens que não têm força moral, Senhor Presidente, de vir aqui atacar um líder de uma bancada; isto está desmoralizando a nossa Casa.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Qual bancada?

O SR. GABRIEL MANOEL - Nós não somos uma plêiade de homens sem alma e não vamos admitir que nossa quizilas particulares sejam defendidas pelo Senhor Deputado Manfrinato, porque, quando, Sennor Presidente, nós discutíamos, com o seu amigo Belinati, os nossos problemas íntimos, não fomos pedir arrego para ninguém.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ilustre Deputado Gabriel Manoel, concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Não peça favores, pleiteie o eu direito, não desmoralize a sua Casa; não atire pedras no telhado do vizinho, porque o seu telhado pode ser de vidro.

Vossa Excelência quis bajular o seu Governador; Vossa Excelência é bajulador. Vossa Excelência desmoraliza a nossa Casa, quando discorda de um ato certo da Comissão Executiva.

Vossa Excelência ficou três anos com um carro da 3ª Secretaria...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não fui eu quem criou secretarias na Assembléia Legislativa do Estado. Quando eu vim para cá já estava criado, não fui eu quem criou.

O SR. GABRIEL MANOEL - Agora, Vossa Excelência vem dizer que o Deputado Belinati é líder de si mesmo. Vossa Excelência ofende; Vossa Excelência extrapola os direitos de um cidadão brasileiro; Vossa Excelência precisa saber que o Deputado Antônio Belinati...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu lhe dei apar-

te, Deputado, Vossa Excelência está usando o AI5, e não existe mais o AI5.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência devia pensar isso antes de mandar bater o seu discurso e dizer para o moço que bateu que não existe mais o AI5. Não existe. É uma Democracia, onde os pequenos partidos, onde o povo há de participar e onde Vossa Excelência pensa que é o rei, onde Vossa Excelência pensa que por estar em transição no governo, pensa que manda e desmanda.

Vossa Excelência teria, Deputado, amanhã, de ir à tribuna e pedir desculpas ao Deputado Belinati, porque não se fere um companheiro, não se fere, Deputado Manfrinato, um amigo, e não se expõe as quizilas entre eu e ele. Vossa Excelência me feriu sensivelmente.
(Tumulto. Vozes superpostas)

O SR. PRESIDENTE - (Edmar Luiz Costa) A Presidência garante a palavra ao nobre Deputado que está ocupando a tribuna.

O Sr. Dirceu Manfrinato - O Senhor pediria desculpas ao Deputado Belinati pelo que falou há pouco tempo atrás?

O SR. GABRIEL MANOEL - O que eu falei, de viva voz, eu sustento, agora, para Vossa Excelência nem toquei no nome do Deputado Belinati. Era uma questão interna, de foro íntimo de nosso Partido, e Vossa Excelência não tinha que, incompetentemente, ou por ignorância de meter o bedelho onde não lhe compete.

Vossa Excelência talvez pense que é o dono do mundo. Talvez, Calígula, Nero, tenham baixado no espírito de Vossa Excelência. Talvez os déspotas da antiga República de Roma tenham baixado, Deputado Dirceu Manfrinato, talvez esta República que vossa Excelência sonha, o grande sonhador!

Já que Vossa Excelência interferiu no meu foro íntimo, eu queria lhe dar um conselho; não um conselho, apenas uma sugestão: quando mandar bater o seu discurso, corrija-o, antes de lê-lo, na tribuna que Vossa Excelência não caia no ridículo, como caiu hoje. Mande o seu assessor olhar para frente e olhar para trás.

O Sr. Dirceu Manfrinato - É a nossa função, olhar para frente e para trás e corrigir as injustiças.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência tem razão, "Errar é humano e persistir no erro é burrice".

Vossa Excelência, amanhã, deveria ir a essa tribuna, pedir, primeiro, vênua à Mesa desta Casa, que dê ao Deputado Belinati, as regalias que o seu Deputado tem,

que o nosso Deputado tem; que o Deputado de todas as forças vivas, de todos os partidos, tem nesta Casa. É direito adquirido, Deputado Dirceu Manfrinato, e contra a força não há resistência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu virei amanhã pedir votos para Requião e Adhail.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência, como diria Odorico Paraguaçu, no "puxa-saquismo" vem enlamear o nome do seu companheiro. Bote a cabeça no travesseiro, e vá à tribuna dizer a Belinati "errar é humano e persistir no erro é burrice".

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

A Mesa registra a presença, com muita honra para esta Casa, do Sr. Dr. Raimundo Cruz, Coordenador de Mecanização Agrícola do Ministério da Agricultura.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado, A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência na discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, que solicita licença para tratar de interesses particulares.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Eu não entendi o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Licenciamento do Sr. Deputado Roberto Requião, para tratar de interesses particulares.

Aprovado o requerimento.

Em votação a licença - Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDAS DA COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em discussão, as Emendas.

Em votação a Emenda n. 1 da Comissão Especial.

No Art. 141 inclua-se: "(Lê) Em votação a Emenda

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queriam conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

8 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

8 Srs. Deputados a rejeitam.

Não há quorum para votação e prosseguimento da sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTTI – (Pela Ordem) Apenas para esclarecimento, Sr. Presidente. Segundo nos consta, essas Emendas da Comissão Especial, de n. 1, 2, 3 e 4, já foram aprovadas quando da primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado que as emendas só são aprovadas em 2ª discussão. Falta uma discussão.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando lhe seja concedida licença para tratar de interesses particulares, por um prazo de quarenta e cinco dias. Aprovada. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, a hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Complementar n. 217/84

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n. 236/84, 241/84, 41/85, 72/85,

2ª DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 11/85, 25/85, 42/85, 79/85, 131/85, 152/85 e dos Projetos de Resolução n. 82/85 à 94/85.

1ª DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 115/85, 136/85, 175/85, 175/85, 183/85.

175/85 Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 244/84, 275/84, 05/85, 28/85, 47/85, 52/85, 65/85, 67/85, 82/85, 86/85, 87/85, 89/85.

Levanta-se a sessão.